**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.084/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025**

**EDITAL Nº 45/2025**

**OBJETO**

Contratação de empresa para prestação de serviço de locação e manutenção de uma única plataforma integrada de controle de tempo de estacionamento rotativo (parquímetros eletrônicos do tipo multivaga, aplicativos para smartphone – usuário, ponto de venda, parquímetro digital) dispositivos de fiscalização e software integrador de gestão.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

R$ 7.738.801,24 (sete milhões setecentos e trinta e oito mil oitocentos e um reais e vinte e quatro centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA – Data 07 de julho de 2025**

**Cadastro das Propostas até:** 07/07/2025 13h50min

**Abertura das Propostas:** 07/07/2025 14 horas

**Início do Pregão (fase competitiva)** 07/07/2025 14h10min

**Critério de Julgamento:**

Menor Preço Global

**Modo de disputa:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP**

NÃO

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**

**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5.084/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025**

**EDITAL Nº 45/2025**

Torna-se público que a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**, por meio da **SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS,** sediada à Avenida Luciano Consoline, nº 600, Jardim de Lucca, Itatiba/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), e Decreto 7.999/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviço de locação e manutenção de uma única plataforma integrada de controle de tempo de estacionamento rotativo (parquímetros eletrônicos do tipo multivaga, aplicativos para smartphone – usuário, ponto de venda, parquímetro digital) dispositivos de fiscalização e software integrador de gestão, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - A licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 – O objeto desta licitação será subsidiado com Recursos Próprios da Administração/Trânsito.

1. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
   1. Poderão participar do certame, empresários, sociedades empresárias, e outros entes os quais legalmente se dediquem à exploração da atividade econômica relativa ao objeto da futura contratação e que atendam às condições de credenciamento do presente edital.
   2. **O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa Brasileira de Mercadorias, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.**
   3. A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no edital.
   4. O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.
   5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
   6. Não poderão disputar desta licitação:
      1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
      2. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
      3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
      4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
      5. pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
      6. agente público do órgão ou entidade licitante;
      7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
      8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art9%C2%A71).
   7. O impedimento de que trata o item 2.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

1. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
   1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento.
   2. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.
   3. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico [www.novobbmnet.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/).
   4. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site [www.novobbmnet.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/).
   5. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, por meio do sistema eletrônico no sítio [www.novobbmnet.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/), opção “Login” opção “Licitação Pública” “Sala de Negociação”.
   6. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
   7. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
      1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
      2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7°, XXXIII, da Constituição](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm" \l "art7);
      3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm);
      4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
   8. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art16).
   9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm" \l "art3), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm" \l "art42), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art4%C2%A71)
   10. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.7 ou 3.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), e neste Edital.
   11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.
   12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
   13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes quando convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
   14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta.
   15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
       1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
       2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
   16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
   17. Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
   18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado dia e hora para a continuidade da sessão.
   19. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de itens, o pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.
   20. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal [www.novobbmnet.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/), que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento
   21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
2. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
   1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do campo: VALOR GLOBAL DO LOTE.
   2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
   3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

* 1. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
  2. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.
  3. Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher as informações do campo “FICHA TÉCNICA” ou anexá-las por meio de arquivo eletrônico no campo apropriado do sistema da Bolsa Brasileira de Mercadorias, onde deverá ser informado a marca dos equipamentos e o valor unitário de cada subitem, sendo vedada a identificação do licitante por qualquer meio. (Modelo da Proposta Anexo V)
  4. **Por força da legislação vigente, é vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.**

1. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

**5.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA**

5.1.1. - Cada licitante – isto é, todas as licitantes individuais e cada uma das consorciadas, no caso de participação em consórcio – deverá comprovar os seguintes requisitos:

1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;
3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedidos pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**5.2 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL e TRABALHISTA**

5.2.1 - Para fins de comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, cada licitante – isto é, todas as licitantes individuais e cada uma das consorciadas, no caso de participação em consórcio – deverá apresentar:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda **(CNPJ);**

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e a Dívida Ativa da União.

c) Certidão de **regularidade de débitos com a Fazenda Municipal,** da sede/ domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação.

d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS).**

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa;

f) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida nas alíneas “a”, “b”, “c”, d” e “e” deste item, mesmo que os documentos exigidos em tais itens apresentem ressalvas ou restrições.

**5.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

5.3.1 - Para fins de qualificação econômico-financeira, cada licitante – isto é, todas as licitantes individuais e cada uma das consorciadas, no caso de participação em consórcio – deverá apresentar:

a) **Balanço patrimonial** e demonstração de resultado de exercício **dos 2 (dois) últimos exercícios** sociais, já exigíveis e apresentados na forma da legislação aplicável à matéria,

comprovando:

a.1) Na hipótese de empresa constituída há menos de 12 meses, deverá apresentar balanço de abertura.

b) **Indicadores L1, L2 e L3**, referentes ao último exercício, dentro dos parâmetros abaixo especificados:

L1: Índice Geral de Liquidez, correspondente ao quociente da divisão da soma do ativo Circulante mais realizável a longo prazo, pelo valor do passivo circulante mais exigível a longo prazo.

L1 = (ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

(PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)

L2: Índice de Endividamento Total, correspondente a relação entre o capital de terceiros, representado pela soma do passivo circulante e exigível a longo prazo e o Ativo Total

L2 = (PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)

(ATIVO TOTAL)

L3: Índice de liquidez corrente, representado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

L3 = (ATIVO CIRCULANTE)

(PASSIVO CIRCULANTE)

b.1) Somente serão habilitados os licitantes que apresentarem no mínimo os seguintes índices: L1 = maior ou igual a 1,0; L2 = menor ou igual 0,50; e, L3 = maior ou igual a 1,0.

c) As empresas deverão obrigatoriamente comprovar, para efeito de cumprimento das exigências de qualificação econômico-financeira, através das contas apresentadas no Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, que possuem **Patrimônio Líquido não inferior a 10%** (dez por cento) do valor estimado da contratação pretendida, correspondente a importância de R$ 386.940,06 (trezentos e oitenta e seis mil novecentos e quarenta reais e seis centavos). Com relação aos CONSÓRCIOS que participem da LICITAÇÃO, patrimônio exigido, acrescido de 10% (dez por cento) nos termos do artigo 15, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser atendido, isoladamente, pela empresa líder do CONSÓRCIO ou, em conjunto, por todas as CONSORCIADAS.

d) **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data limite para a sua apresentação, salvo se contiver prazo de validade expresso. Caso a licitante apresente certidão positiva de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deverá apresentar o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em vigor

**5.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a) Comprovação da aptidão técnico-operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados(s) na entidade profissional competente, que comprove(m) que a licitante já realizou prestação de serviços pertinentes ao objeto da licitação, nos termos da Súmula 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sendo consideradas como parcelas de maior relevância os seguintes serviços do objeto:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade** | **Quantitativo** |
| 1 | Sistema de estacionamento rotativo público (em vias públicas), que contemple a operação de parquímetros eletrônicos do tipo multivaga, aplicativos para smartphone – usuário, ponto de venda e fiscalização manual, e software integrador de gestão destes sistemas. | Vagas | 862 |
| 2 | Sistema de Fiscalização Móvel Embarcada com leitura automática de placas (OCR) | Unidade | 1 |

a.1) Para fins de qualificação técnica, cada licitante individual ou, ao menos, uma consorciada, no caso de participação em consórcio, deverá apresentar atestado emitido em nome da licitante, por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado com a qual não possua nenhum vínculo societário, certificando a execução adequada, em momento passado ou presente, de atividade pertinente e compatível com o objeto desta LICITAÇÃO em características e em atendimento às alíneas “a”.

**b) DA VISITA TÉCNICA FACULTATIVA:**

O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado, através do (11) 3183-0760, diretamente no Departamento de Trânsito, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.**

**5.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES**

a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (Anexo III).

**5.6 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

5.6.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas, exceto para a Certidão negativa de falência ou concordata (item 5.3) onde é solicitado o prazo de 90 (noventa) dias.

5.6.2 - Se o licitante for executar o contrato por seu estabelecimento matriz, todos os documentos de habilitação deverão estar em nome da matriz; se o licitante for executar o contrato por estabelecimento filial, todos os documentos deverão estar em nome de tal estabelecimento, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.6.3 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

1. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
   3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
   4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
   5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
   6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
   8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
   9. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL GLOBAL DO LOTE.
   10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
   12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
   13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
       1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
       2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
       3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
   14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores*.*
   15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
   19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
   20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm" \l "art44), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm).
       1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
       2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
       3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
       4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
   21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
       1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
       2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
       3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
   22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
2. DA FASE DE JULGAMENTO
   1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art14), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
   2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
   3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
   4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos
   5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
      1. contiver vícios insanáveis;
      2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
      3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
      4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
      5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
   6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
   7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto, e ainda caso o pregoeiro ache necessário poderá ser exigido planilha de decomposição de custos.

7.8 – A sessão será suspensa para que o licitante classificado em primeiro lugar, apresente/demonstre dentro do **prazo de 05 (cinco) dias úteis,** contados da sessão de processamento da licitação, os seguintes documentos/software:

1. **Catálogo do parquímetro que demonstre o cumprimento de todos os itens do Anexo I.3;**
2. **Demonstração das funcionalidades do aplicativo de telefone móvel (módulo usuário), portal do usuário Web, dispositivo para os pontos de venda (PDV), e software de gestão de controle do sistema conforme exigências do Anexo I.3.**
3. **Demonstração do dispositivo móvel de fiscalização de vaga, conforme exigências do Anexo I.3.**

7.10 - A falta de entrega dos documentos/demonstração dentro do prazo estabelecido caracterizará desistência de proposta e a entrega em desconformidade com as especificações contidas no edital implicará em desclassificação.

7.11 - A documentação/demonstração será analisada por uma Comissão Técnica, a qual expedirá um relatório de análise, informando o atendimento integral ou não dos itens do Anexo I.3.

7.12 - Aprovadas as documentações, na retomada da sessão o proponente será definitivamente declarado vencedor, sendo o processo encaminhado à adjudicação do objeto e homologação do procedimento.

1. DA FASE DE HABILITAÇÃO
   1. Os documentos previstos no item 05, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art62).
   2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para ﬁns de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8660.htm), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

* 1. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
     1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
  2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada, através do sistema da BBMnet.
  3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art63)).
  4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
     1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Agente de Contratação.
  5. A exigência das documentações de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.
  6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art64)):
     1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
     2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
  7. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eﬁcácia para fins de habilitação e classificação.
  8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, e/ou ser desclassificado na prova conceito, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.6.1.
  9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
  10. As empresas Vencedoras, deverão enviar **no prazo de máximo de 48 horas, do término da sessão (adjudicação do objeto**), para a Seção de Licitações, localizada à Avenida Luciano Consoline, nº 600 – Jardim de Lucca, CEP 13.250-000, das 09h às 17h, os documentos abaixo relacionados:

**8.12.1 - Proposta escrita de Preços**, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinha contendo os seguintes elementos:

a) Preços unitários e totais dos itens, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

b) Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone, número de agência de conta bancária, além da indicação de e-mail para envio da Autorização de Fornecimento e Ata de Registro de Preços;

c) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;

d) Especificação completa do produto oferecido e marca, contendo informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, conforme descrito no ANEXO I deste Edital.

e) Caso a proposta seja assinada digitalmente a mesma poderá ser enviada através da plataforma do pregão ou via e-mail: [licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br](mailto:licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br).

**8.12.2 - Documentos de Habilitação**, para o caso dos documentos enviados pelo sistema que não sejam autenticados digitalmente, enviar dentro do prazo estabelecido os documentos originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas.

1. Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, desde que acompanhados dos originais para que sejam autenticados por servidor da administração, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.
2. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.
3. Caso os documentos sejam assinados e autenticados digitalmente NÃO há necessidade de encaminhar novamente de forma física.

8.13 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às microempresas ou empresas de pequeno porte um prazo adicional de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, contados a partir da notificação da irregularidade pelo pregoeiro. O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado por igual período se houver manifestação expressa do interessado antes do término do prazo inicial.

1. DOS RECURSOS
   1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art165).
   2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
   3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
      1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
      2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos;
      3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
   4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
   5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
   6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
   7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
   9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Licitações, localizada na Avenida Luciano Consoline, 600 – Jardim de Lucca, Itatiba/SP.
2. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
   1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
      1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
      2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
         1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
         2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
         3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
      3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
         1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
      4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
      5. fraudar a licitação
      6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
         1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
         2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
         3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
      7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
      8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm" \l "art5).
   2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
      1. advertência;
      2. multa;
      3. impedimento de licitar e contratar e
      4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
   3. Na aplicação das sanções serão considerados:
      1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
      2. as peculiaridades do caso concreto
      3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
      4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
      5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
   4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) **dias**, a contar da comunicação oficial.
      1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
      2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
   5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
   6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
   7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
   8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art156%C2%A75).
   9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-73-de-30-de-setembro-de-2022).
   10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
   11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
   12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
   13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
   14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
   1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.
   2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
   3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do sistema da BBMnet ou e-mail; licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br.
   4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
      1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
   5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
   2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
   3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
   4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
   10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.itatiba.sp.gov.br.
   11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
       1. ANEXO I - Termo de Referência
       2. ANEXO II – Modelo de Procuração
       3. ANEXO III – Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração
       4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de qualificação microempresa ou empresa de pequeno porte
       5. ANEXO V – Modelo de Proposta
       6. ANEXO VI – Minuta de Ordem de Serviço
       7. ANEXO VII – Minuta de Contrato

Itatiba, 13 de junho de 2025.

**ADILSON FRANCO PENTEADO**

**Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**

**ANEXO I**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**

**PREGÃO ELETRÔNICO 34/2025**

**EDITAL Nº 45/2025**

**Processo nº 5.084/2025**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO

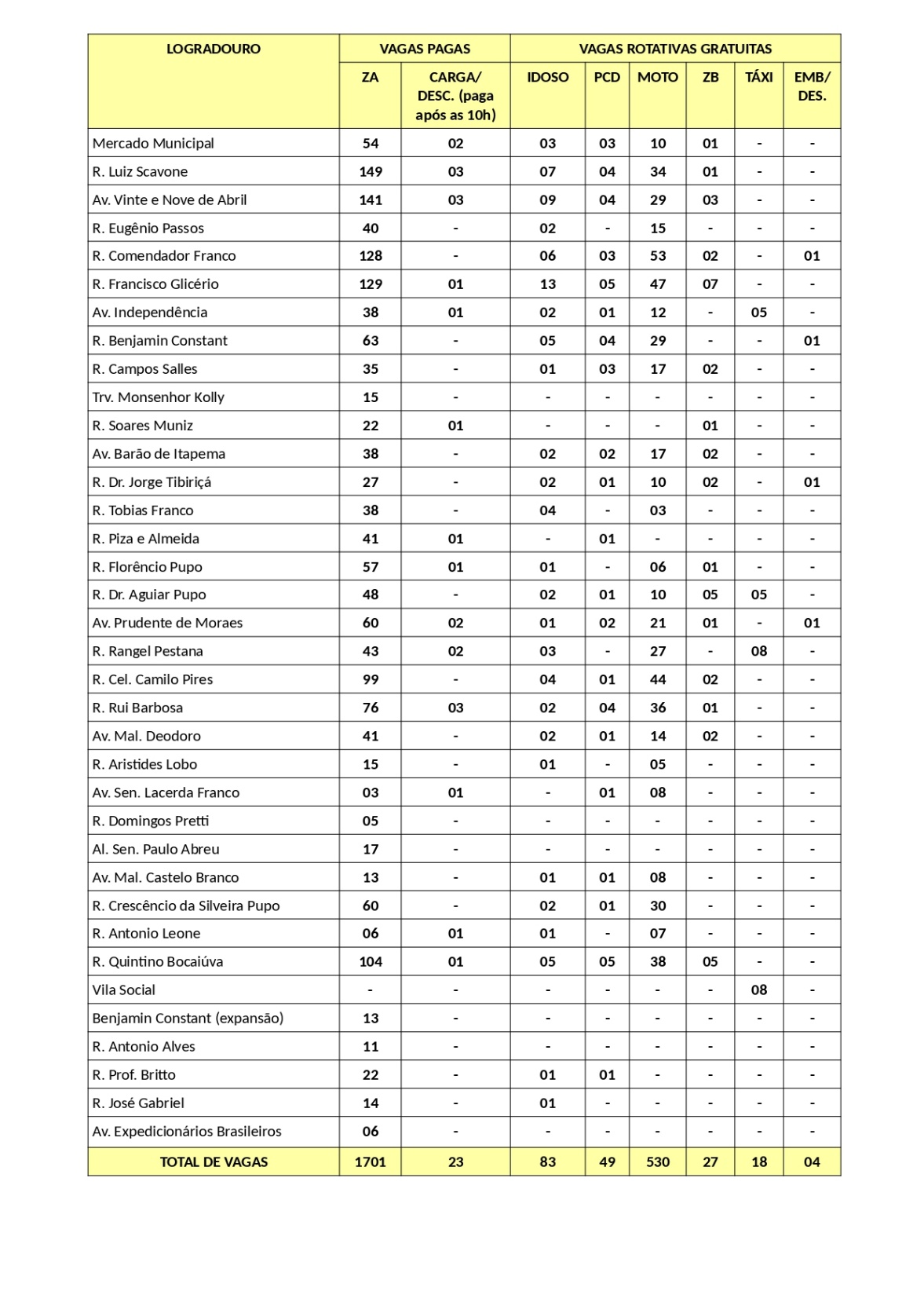
1.1 Contratação de empresa para prestação de serviço de locação e manutenção de uma única plataforma integrada de controle de tempo de estacionamento rotativo (parquímetros eletrônicos do tipo multivaga, aplicativos para smartphone – usuário, ponto de venda, parquímetro digital) dispositivos de fiscalização e software integrador de gestão.

1.2 Os serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos no objeto, em conformidade com a legislação específica aplicável e o Código de Defesa ao Consumidor (Lei nº 8078/90), sendo que o item considerado inadequado ou que não atender as exigibilidades, não será aceito e o pagamento de toda parcela ficará suspenso, até sua regularização de forma integral.

**2. ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Lote 01** | **Material** | **Unidade** | **Quantidade** | **Preço Unitário** | **Preço Total** |
| **1.1** | **2.37.01.0001-4 - Locação de parquímetros** | **MÊS** | **840** | **1.784,67** | **1.499.122,80** |
| Locação de parquímetros do tipo multivaga, com suporte e manutenção  35 equipamentos pelo período de 24 meses | | | | | |
| **1.2** | **2.37.01.0002-2 - Locação de equipamentos de fiscalização manual** | **MÊS** | **144** | **543,00** | **78.192,00** |
| Locação de equipamentos de fiscalização manual, com suporte e manutenção  06 equipamentos pelo período de 24 meses | | | | | |
| **1.3** | **2.37.01.0003-0 - Locação de máquina/dispositivo para Ponto de Venda (POS ou P DV)** | **MES** | **744** | **494,96** | **368.250,24** |
| Locação de máquina/dispositivo para Ponto de Venda (POS ou PDV), com suporte, manutenção e identificação dos pontos  31 equipamentos pelo período de 24 meses | | | | | |
| **1.4** | **2.37.01.0004-9 - Fornecimento de plano de dados para os dispositivos móveis usados** | **MES** | **888** | **116,05** | **103.052,40** |
| Fornecimento de plano de dados para os dispositivos móveis usados pela fiscalização (item 1.2) e POS/PDVs  37 unidades pelo período de 24 meses | | | | | |
| **1.5** | **2.37.01.0005-7 - Locação de aplicativo de acesso via smartphone** | **MÊS** | **24** | **40.333,33** | **967.999,92** |
| Locação de aplicativo de acesso via smartphone para usuários e portal do usuário web, com suporte e manutenção | | | | | |
| **1.6** | **2.37.01.0006-5 - Locação de Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento Rot ativo** | **MES** | **24** | **35.599,67** | **854.392,08** |
| Locação de Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento Rotativo Online com Central de Monitoramento, com suporte e manutenção | | | | | |
| **1.7** | **2.37.01.0007-3 - Sistema de fiscalização móvel** | **MES** | **48** | **37.284,37** | **1.789.649,76** |
| Sistema de fiscalização móvel embarcada, integrada ao sistema de gestão de estacionamento, incluindo operação do sistema, veículo, combustível, motorista e manutenção  02 veículos pelo período de 24 meses | | | | | |
| **1.8** | **2.37.01.0008-1 - Fornecimento, instalação e manutenção de placas de sinalização** | **UN** | **141** | **507,87** | **71.609,67** |
| Fornecimento, instalação e manutenção de placas de sinalização vertical contendo as informações sobre o funcionamento do estacionamento rotativo (zona azul e zona branca) | | | | | |
| **1.9** | **2.37.01.0009-0 - Fiscais com equipamentos próprios de fiscalização manual** | **MES** | **144** | **7.925,41** | **1.141.259,04** |
| Fiscais com equipamentos próprios de fiscalização manual  06 equipamentos pelo período de 24 meses | | | | | |
| **1.10** | **2.37.01.0010-3 - Treinamento e suporte** | **UN** | **1** | **8.438,39** | **8.438,39** |
| Treinamento e suporte continuado ao funcionários responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato | | | | | |
| **1.11** | **2.37.01.0011-1 - Fornecimento de licenças de software** | **UN** | **1** | **36.617,70** | **36.617,70** |
| Fornecimento de licenças de software de todos os aplicativos e sistemas utilizados. | | | | | |
| **1.12** | **2.37.01.0012-0 - Prestação de serviço de divulgação do sistema** | **UN** | **1** | **76.217,24** | **76.217,24** |
| Prestação de serviço de divulgação do sistema | | | | | |
| **1.13** | **2.37.01.0013-8 - Instalação e manutenção de escritório local** | **MES** | **24** | **31.000,00** | **744.000,00** |
| Instalação e manutenção de escritório local | | | | | |
| **Valor Total do Lote 01: R$ 7.738.801,24 (sete milhões setecentos e trinta e oito mil oitocentos e um reais e vinte e quatro centavos)** | | | | | |

**2.1. Vagas e localizações:**



•

**Total de vagas pagas (zona azul + carga e descarga): 1.724 (mil setecentos e vinte e quatro) vagas.**

**a) Zona azul:** vaga cuja utilização prescinde de pagamento da respectiva tarifa, com funcionamento no horário compreendido entre as 9h e 18h, de segunda a sexta, e das 9h às 13, aos sábados.

**b) Zona branca:** vagas de estacionamento que permitem estacionar por 15 minutos de forma gratuita, desde que o veículo esteja com o pisca-alerta ligado.

**c) Carga e descarga:** após às 10h, incluídas no regramento da zona azul.

O sistema poderá ser ativado em horários e datas especiais, como períodos de funcionamento estendido do comércio, conforme critérios definidos pelo Executivo Municipal, sem custos adicionais.

**2.2. Parquímetros:**

2.2.1 - Total de parquímetros: 35 (trinta e cinco) unidades para implantação das 1.724 vagas, considerando-se neste número 02 (duas) unidades reserva a serem mantidos na sede operacional da Contratada;

**2.3. Fiscais com dispositivos Móveis de Fiscalização de Vaga:**

2.3.1 - Os fiscais ficarão concentrados na região central do Município, especificadamente nos locais: Praça da Bandeira, Rua Florêncio Pupo, Rua Aguiar Pupo, Rua Rangel Pestana, Rua Coronel Camilo Pires, Rua Rui Barbosa, Av. Marechal Deodoro, Rua Quintino Bocaiuva, Rua Francisco Glicério

2.3.2 - Total de fiscais (média de 1 a cada 100 vagas): 06 (seis) fiscais com conjuntos de Dispositivos Móveis de Fiscalização de Vaga. Na inoperância dos dispositivos, deverá a empresa, de forma imediata, providenciar dispositivos reservas. O número de Monitores/Fiscais poderá ser limitado desde que atenda a região central pré-determinada.

**2.4. Dispositivo e/ou Aplicativos de Venda de Créditos de Estacionamento Avulso - Rede de Comércio Credenciada:**

2.4.1 - 01(um) aplicativo de venda de Créditos em cada Ponto de Venda (POS ou PDV), perfazendo 31 (trinta e um) pontos para a fase de 1.724 vagas.

2.4.2 - Os pontos de venda deverão ser identificados por meio de sinalização específica, nos seguintes formatos:

2.4.3 - Placas com 210 mm de largura por 297 mm de altura, confeccionadas em adesivo aplicado sobre suporte de plástico em ABS (acrilonitrila butadieno estireno) ou acrílico, com espessura mínima de 2 mm;

* + 1. - Películas adesivas de 210 mm de largura por 297 mm de altura, aplicadas sobre vidro.

**2.5. Plano de dados para os dispositivos móveis usados pela fiscalização e POS/PDVs**

2.5.1 - 37 (trinta e sete) planos de dados

**2.6. Aplicativo de acesso via smartphone para usuários e portal do usuário web**

2.6.1 - 1 unidade de aplicativo de acesso via smartphone para usuários e portal do usuário web.

**2.7. Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento Rotativo Online, incluindo os módulos: dashboard/central de monitoramento, cadastro, financeiro, fiscalização e CRM**

2.7.1 - 1 unidade de sistema integrado de gestão de estacionamento rotativo online, a ser utilizado na gestão do sistema.

**2.8. Veículos de Fiscalização:**

2.8.1 - 02 (dois) veículos automotores equipados conforme memorial descritivo.

**2.9. Instalação e manutenção permanente de placas de sinalização vertical:**

2.9.1 - Total de placas de zona azul (1 a cada 15 vagas): 114 (cento e quatorze) placas de sinalização.

2.9.2 - Total de placas de zona branca (1 a cada vaga): 26 (vinte e seis) placas de sinalização.

**2.10. Capacitação de Pessoal do Município**

* + 1. - Máximo de 10 (dez) pessoas a serem capacitadas tecnicamente

A empresa contratada fornecedora da solução de estacionamento rotativo deverá capacitar o pessoal do Município alocado para gestão do sistema, incluindo pessoal administrativo**, em número máximo de 10 pessoas**.

A capacitação, em local a ser indicado pelo Município, deverá ocorrer antes do início de funcionamento do Sistema, devendo realizar-se pelo menos duas sessões de treinamento, com módulos teórico e prático, para os casos em que nem todo o pessoal do Município esteja disponível, de tal modo que o pessoal alocado esteja habilitado a operar o Sistema e seus equipamentos/aplicativos. Sempre que houver substituição do pessoal do Município envolvido na gestão do Sistema, a empresa contratada fornecedora da solução de estacionamento rotativo deverá capacitar a pessoa ou pessoas que assumam a sua nova função.

**2.11.** **Fornecimento de licenças de software de todos os aplicativos e sistemas utilizados, conforme especificações do memorial descrito.**

**2.12. Parquímetro digital**

2.12.1 - Sistema de pagamento de venda de créditos através de QRcode, sem a necessidade de cadastramento prévio.

**2.13. Divulgação**

2.13.1 - Antes do início da operação do sistema de estacionamento rotativo, a CONTRATADA deverá realizar uma campanha de divulgação e esclarecimento à população pelo prazo de 15 dias, comunicando sobre o novo sistema, datas de início de funcionamento, e métodos de aquisição dos meios de pagamento, conforme descrito na Etapa 01 – Elaboração de Projeto de Implantação de Estacionamento rotativo.

2.13.2 - A campanha deverá ser conduzida por uma equipe de cinco pessoas, com a distribuição de 10.000 panfletos informativos. Esses panfletos devem ser elaborados no formato de folder A4, dobrado ao meio, com gramatura de 115 gramas.

2.13.3 - Todo o material de divulgação deverá ser previamente submetido à aprovação do Município e assim sendo todos os custos serão da CONTRATADA.

2.13.4 - A CONTRATADA deverá fornecer material digital para que o Município possa realizar a divulgação através de suas redes sociais.

**2.14. DA INTEROPERABILIDADE E INTEGRAÇÃO**

Os sistemas a serem implantados pela Contratada devem atender às exigências previstas no edital, e devem sempre:

* + - 1. Se comunicar com o sistema em vigor do Dep. de Mobilidade e Trânsito, mesmo que esse altere ao decorrer da vigência do contrato;
      2. Ser vinculado ao sistema da PRODESP;
      3. Apresentar as informações dos veículos fiscalizados de acordo com a base de dados nacional vigente;
      4. Ser compatível com os sistemas de processamento de multas utilizados pelo Departamento de Trânsito.

A solução deverá ser plenamente integrada ao sistema de processamento de multas da Prefeitura de Itatiba, conforme especificações técnicas e layout padrão disponibilizado no Anexo I.4 do Edital. Essa integração é essencial para assegurar a conformidade das autuações, a rastreabilidade das informações e o adequado tratamento legal das infrações registradas.

O sistema deverá enviar automaticamente todos os registros de irregularidades, acompanhados de suas respectivas imagens comprobatórias, conforme os padrões definidos.

A empresa deverá prever flexibilidade na arquitetura do sistema para viabilizar futuras integrações que venham a ser solicitadas pela Administração Municipal, especialmente no que se refere a: Controle e gestão de usuários do sistema, Dados de utilização das vagas, Informações de monitoramento em tempo real, informações financeiras e Funcionalidades de apoio à fiscalização eletrônica ou manual.

A PREFEITURA poderá solicitar, à CONTRATADA, atualizações que atendam as leis vigentes de qualquer esfera governamental e as modernizações tecnológicas de novas integrações.

**2.14. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO E SUBCONTRATAÇÃO**

Considerando a complexidade da contratação, fica autoriza a participação de empresas em consórcio, bem como a subcontratação do serviço de instalação de placas de sinalização vertical.

**3 - DO CRONOGRAMA:**

A Contratada se obriga, no prazo de até **30 (trinta) dias** da data de assinatura do contrato, apresentar estudo e projeto executivo para implantação do estacionamento rotativo em Itatiba, **sujeito à aprovação do Departamento de Trânsito,** com identificação e distribuição nas vias das 1.724 vagas para operação imediata, locais de instalação dos parquímetros e correspondente sinalização horizontal e vertical atinente ao estacionamento rotativo público necessária à operação desta etapa.

A implantação completa do sistema de estacionamento rotativo se dará em **3 etapas:**

**a)** 1ª etapa, a ser concluída até o prazo máximo de 20 dias após a emissão da ordem de serviço, com a implantação e operação de 575 (quinhentas e setenta e cinco) vagas;

**b)** 2ª etapa, a ser concluída até o prazo máximo de 40 dias após a emissão da ordem de serviço, com a implantação e operação de mais 575 (quinhentas e setenta e cinco) vagas;

**c)** 3ª etapa, a ser concluída até o prazo máximo de 60 dias após a emissão da ordem de serviço, com a implantação 574 (quinhentas e setenta e quatro) vagas, e operação completa/total do sistema.

Para o pleno êxito da implantação do Sistema de Estacionamento Rotativo Eletrônico deve-se prever a instalação e operação do sistema conforme as etapas estabelecidas, considerando um período **máximo de 60 (sessenta dias) dias, após a emissão da Ordem de Serviço**, para a implantação e operação total.

Pedidos de ajustes ao Projeto de Implantação apresentado, e feitos pelo Departamento de Trânsito, deverão ser cumpridos pela Contratada, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

O prazo para a execução dos serviços tem início a partir da assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço. As etapas obedecerão rigorosamente ao cronograma físico definido por este Termo de Referência e nas etapas subsequentes de implantação de novas vagas aos prazos estabelecidos pelo Departamento De Trânsito. Qualquer mudança do cronograma somente poderá ocorrer com a devida aprovação ou por solicitação do Departamento De Trânsito. Os prazos de início da etapa de execução e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas contratuais, conquanto esteja assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, e desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuado em processo:

**a)** Alteração do projeto ou especificações pelo Departamento De Trânsito;

**b)** Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

**c)** Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do Departamento De Trânsito;

**d)** Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites estabelecidos e permitidos por Lei;

**e)** Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo Departamento De Trânsito, em documento contemporâneo à sua ocorrência;

**f)** Omissão ou atraso de providências a cargo do Departamento De Trânsito, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

**O cronograma acima especificado trata de prazos mínimos e máximos estimados para a implantação dos serviços contratados. Ele poderá sofrer alterações a pedido justificado das partes contratantes e autorização do gestor do contrato.**

**3.1. Do recebimento dos equipamentos e dispositivos para início da execução do contrato:**

Todos os parquímetros, equipamentos e dispositivos, a ser entregues na sede do Departamento De Trânsito, devem ser novos, com nota fiscal de fábrica ou declaração do fabricante, atestando esta condição. Deverão estar ainda de acordo com as condições estipuladas, e rigorosamente de acordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, sendo que a não observância destas condições implicará na não aceitação dos mesmos, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente. O sistema proposto e os seus equipamentos estarão sujeitos à conferência, fiscalização e aceitação plena pelo Departamento De Trânsito.

O Departamento de Trânsito designará um Fiscal do Contrato para recebimento dos equipamentos e de fiscalização da execução do sistema, cujo propósito será a conferência destes com as especificações contidas no Termo de Referência. Caso o equipamento a ser entregue esteja em desacordo com as especificações estabelecidas, rejeitar-se-á o recebimento do mesmo.

Da mesma forma, caso o serviço não seja executado conforme preconizado neste Termo de Referência e demais condições do Edital e sua respectiva proposta, providências serão solicitadas no sentido de corrigir qualquer distorção. A Contratada se obriga a trocar, sem ônus para o Departamento De Trânsito, o equipamento que vier a ser recusado e a providenciar o serviço adequado caso o mesmo esteja em desacordo com as exigências do termo de referência, Edital e demais disposições.

**4 - PRAZO DE EXECUÇÃO E CONTRATUAL**

**4.1 - A contratação decorrente desta licitação terá início na data da assinatura do instrumento contratual e vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 120 (cento e vinte) meses, conforme os ditames da Lei 14.133/21, sendo facultativa a prorrogação por parte da Contratante. Ao final do contrato não ficam ativos para o contratante.**

4.2 - O prazo mencionado poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do CONTRATANTE, nos termos e condições permitidas pela legislação vigente.

4.3 - A não prorrogação contratual por razões de conveniência da Administração, não gerará à CONTRATADA, direito a qualquer espécie de indenização.

4.4 - Eventual prorrogação de prazo de vigência será formalizada por meio de Termo Aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.5 - Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para o CONTRATANTE e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época.

**4.6 - Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de variação do IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade..**

5 - DA CONTRATAÇÃO

5.1 - A adjudicatária será convocada via endereço eletrônico (e-mail) ou meio equivalente para assinatura do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos para atendimento, contados da data de transmissão da convocação. Na ocasião, ser-lhe-ão exigidos os seguintes documentos:

1. Indicação, por escrito, de preposto que a representará a CONTRATADA;
2. Indicação, por escrito, de endereço de e-mail para a realização de quaisquer comunicações sobre a execução do contrato;
3. Comprovante de depósito da garantia
4. Apresentar o(s) documento(s) de identidade, R.G. e CPF, do(s) sócio(s) ou procurador(es) que assinará(ao) o contrato com a Prefeitura do Município de Itatiba;
5. Quando a empresa se fizer representar por procurador, este deverá apresentar procuração, por instrumento público ou particular com firma reconhecida, que lhe confira poderes para assinar contrato. Ou deverá trazer cópia simples acompanhada do documento original para autenticação por servidor.

**6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**6.1. DO FATURAMENTO**

1. O faturamento será mensal.
2. O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a manifestação favorável do Setor Fiscalizante ou documento equivalente, ficando assegurado o prazo máximo de até 05 (cinco) dias para a emissão de tal manifestação.
3. Havendo erro na fatura ou documento equivalente ou descumprimento das condições pactuadas, a tramitação da fatura ou documento equivalente será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias a sua correção. Passará a ser considerada, para efeito de pagamento, a data do aceite da fatura ou documento equivalente, reapresentada nos mesmos termos do item 2.
4. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais.
5. Havendo atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária com base no IPCA-IBGE, bem como juros de mora a razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculado "pro rata tempore" em relação do atraso verificado, salvo aquele ocasionado pela situação prevista no item 3.
6. Os pagamentos serão realizados conforme cronograma físico-financeiro estabelecido no presente termo, e de forma proporcional até a implantação total.

**6.2. DAS RECEITAS TARIFÁRIAS DO USO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO**

1. A contratada deverá abrir conta(s) específica(s) para recebimento de todas as receitas oriundas da execução da contratação, referentes ao pagamento das tarifas de uso do estacionamento rotativo pelos usuários.
2. Até o 5º dia útil do mês subsequente, a contratada deverá apresentar relatório circunstanciado dos valores recebidos através de todos os meios disponibilizados de recebimento de pagamento das tarifas do estacionamento rotativo, além dos dados de ocupação das vagas e notificações de irregularidades.
3. O Departamento de Trânsito terá o prazo de 5 (cinco) dias para análise e aprovação do relatório apresentado, notificando a contratada para repasse dos valores indicados no prazo de 3 (três) dias.
4. Havendo inconsistência entre o relatório apresentado e as informações extraídas do sistema integrado de gestão, o Departamento de Trânsito notificará a contratada acerca de tal situação para correção.
5. Em caso de atraso no repasse das tarifas arrecadas, a emissão da nota fiscal de pagamento da contratada no mês subsequente poderá ser suspensa pela Administração até que haja regularização.
6. Considerando que a geração de receita decorre essencialmente da compra de créditos de estacionamento pelos usuários através de cartões de crédito e débito, a contratada realizará o repasse descontando as porcentagens referentes a taxa de administração dos cartões.

**7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações contratuais da Contratante:

a) Operar o sistema de estacionamento rotativo com os equipamentos locados da Contratada;

b) Implantar a sinalização horizontal atinente ao estacionamento rotativo conforme projeto aprovado relativo ao sistema de estacionamento;

c) Através de seus agentes de trânsito, autuar os veículos que se encontrem estacionados em desacordo com a regulamentação do estacionamento rotativo, aplicando as penalidades previstas na legislação Municipal e no Código de Trânsito Brasileiro, assegurando o consequente respeito às normas de uso do estacionamento rotativo pelos cidadãos, e a geração dos resultados projetados, financeiros inclusive;

d) Providenciar a remoção dos veículos infratores, nas hipóteses indicadas pelo Código de Trânsito Brasileiro, direta ou indiretamente;

e) Assegurar que o sistema de estacionamento rotativo seja respeitado pelos usuários de acordo com a legislação que o regulamenta;

f) Efetuar os pagamentos de acordo com a proposta de preço da licitante vencedora;

**8 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações contratuais da Contratada:

a) Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços contratados de acordo com as normas deste Termo de Referência, em conformidade com as suas propostas, utilizando os seus próprios recursos humanos e equipamentos;

b) Instalar e prestar apoio técnico a toda infraestrutura, equipamentos, aplicativos e softwares que compõem o sistema, conforme orientação e determinação do Departamento De Trânsito;

c) Prestar assistência técnica, incluindo o fornecimento de peças, mantendo disponível pessoal especializado e infraestrutura de veículos, se for o caso, além de substituir, sem custo adicional, os equipamentos objeto de perda total;

d) Garantir o perfeito funcionamento, constante e ininterruptamente, de todos os equipamentos aplicativos e softwares que constituem o sistema, de acordo com suas especificações técnicas;

e) Manter, durante a vigência contratual, a atualização tecnológica do sistema e equipamentos, tanto do ponto de vista do hardware como do software, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

f) Cumprir todas as exigências das leis e normas de segurança e higiene de trabalho, segurança de trânsito, fornecendo equipamentos específicos e adequados de proteção a todos os que trabalham na instalação, manutenção e operação do sistema do rotativo e equipamentos;

g) Determinar ao seu pessoal o uso de identificação e de uniformes quando em serviço externo à disposição do Departamento De Trânsito;

h) Substituir em até 48 (quarenta e oito) horas qualquer componente de sua equipe, caso o Departamento De Trânsito entenda que o mesmo não esteja cumprindo satisfatoriamente os serviços que lhe foi atribuído;

i) Responder pelos danos causados diretamente ao Departamento De Trânsito, ao Município de Itatiba ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade decorrente da fiscalização ou acompanhamento pelo Departamento De Trânsito;

j) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais sindicais e comerciais resultantes da execução dos serviços, bem como por todas as despesas necessárias à realização e custos com fornecimento de equipamentos, materiais, mão de obra e demais despesas indiretas, além de responder pela sua inadimplência, caso ocorra, com relação aos encargos mencionados, e obrigando-se pelo pagamento dos débitos inadimplentes;

k) Indicar seu representante legal para representá-la perante o Departamento de trânsito em tudo o que se relacionar com o objeto contratual, além de indicar o responsável técnico do contrato, devendo apresentá-lo ao departamento de trânsito no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato;

l) Manter, por si e por seus profissionais, durante e após o encerramento do prazo contratual, completo sigilo sobre dados, informações e detalhes obtidos através do sistema instalado, bem como aqueles fornecidos pelo departamento de trânsito, também não divulgando a terceiros, ou quaisquer meios de comunicação, informações relacionadas com o objeto do contrato e seus anexos, sem prévia e expressa autorização por escrito do departamento de trânsito, respondendo civil e criminalmente pela inobservância dessas obrigações;

m) Disponibilizar para o Departamento De Trânsito as licenças e softwares, hardwares e aplicativos necessários;

n) Preservar o passeio público, as tubulações de concessionárias, ou quaisquer outras interferências, com reparação de eventuais danos, ocasionados direta ou indiretamente, através do fornecimento de materiais e mão de obra habilitada para a execução dos trabalhos, sem ônus para a Municipalidade;

o) Manter a sinalização vertical do Sistema ao longo da execução contratual.

p) Repasse dos valores arrecadados das tarifas de zona azul ao Município, no prazo estipulado no presente termo.

**9 – SANÇÕES**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória:

a) de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato no prazo de apresentação do projeto de implantação;

b) de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor proporcional da etapa, nos prazos de implantação do sistema;

c) de 5% (cinco por cento) por dia de atraso no repasse das receitas oriundas dos pagamentos das tarifas do estacionamento rotativo, calculado sobre o valor do repasse;

d) de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 50% (cinquenta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

e) de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, pelo atraso no atendimento de chamados de suporte e manutenção de equipamentos, sistemas e substituição de mão de obra;

e) de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, nos casos de não atendimento às demais obrigações contratuais.

i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

i) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

j) Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

k) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

l) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

m) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

n) A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

o) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

p) A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

q) O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

r) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

s) Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

**10. GARANTIA CONTRATUAL**

10.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

11 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - Para fazer frente às despesas do ajuste, existem recursos orçamentários reservados, onerando as dotações classificadas nas Naturezas das Despesas: nº 3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica; Unidades Orçamentárias: 02.12.03- Secretaria de Obras e Serviços Públicos/Trânsito. Classificações Funcionais: 15.452.0003.2.099 – manutenção da SEOSP/Trânsito

**ANEXO I.1**

**MEMORIAL DESCRITIVO**

**1. Especificação dos equipamentos e serviços**

01.01 - Devem ser de responsabilidade da contratada a prestação dos seguintes serviços:

1. Locação e prestação de serviços de manutenção dos equipamentos de controle de estacionamento – **parquímetros** multivagas;
2. Locação e prestação de serviços de manutenção dos **aplicativos** de acesso via smartphone para usuários;
3. Locação e prestação de serviços de manutenção dos dispositivos e aplicativos de aquisição de tempo de estacionamento, carga e recarga de créditos de estacionamento para **Postos de Venda**;
4. Locação e prestação de serviços de manutenção do sistema de **fiscalização móvel veicular, incluindo operação, veículo, combustível, motorista e demais insumos necessários** – módulo primário de fiscalização (automática por leitura de placa);
5. Prestação do serviço de **fiscalização**;
6. Locação e prestação de serviços de manutenção dos dispositivos e aplicativos de fiscalização – módulo secundário de fiscalização Integração dos dispositivos de fiscalização (fiscalização móvel e dispositivo/aplicativo) com os parquímetros e demais aplicativos de uso dos usuários e postos de venda.
7. Locação e prestação de serviços de manutenção do software de gestão de todo o sistema integrado de estacionamento implantado, incluindo parquímetro digital com sistema de pagamento via QRcode;
8. Fornecimento das licenças de software de todos os aplicativos e sistemas utilizados;
9. Prestação dos serviços de implantação e capacitação aos operadores municipais;
10. Fornecimento, distribuição e comercialização dos meios eletrônicos recarregáveis a serem utilizados no sistema;
11. Implantação e gestão da rede de postos de venda credenciada;
12. Instalação de unidade de atendimento, manutenção e escritório, dentro da área de circunscrição do estacionamento rotativo.
13. Instalação de placas de sinalização vertical contendo as informações sobre o funcionamento do estacionamento rotativo.

**2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**02.01. Concepção Geral**

Os parquímetros, aplicativos, demais equipamentos, dispositivos, softwares e veículo de fiscalização móvel, deverão compor um único Sistema Integrado de Gerenciamento do Estacionamento Rotativo, o que permitirá aos usuários, de forma autônoma (**autoatendimento**), uma ampla gama de formas de acesso e uso do estacionamento público.

Portanto, o usuário terá várias alternativas de uso do estacionamento rotativo público, seja através dos parquímetros, do uso de aplicativo pessoal ou de Postos de Venda credenciado no comércio, em vez de dispor de apenas um único meio de uso. Este sistema de estacionamento rotativo integrado também permitirá modernizar a ação de fiscalização no uso das vagas pelos agentes de fiscalização através do uso de veículos para fiscalização do estacionamento rotativo, além de dispositivos de fiscalização individual, como sistema secundário.

Na definição dos parâmetros de escolha da tecnologia, este TERMO DE REFERÊNCIA preconiza fundamentalmente um sistema **integrado e operado em rede em tempo real (online)**, com a utilização de parquímetros multivaga com controle por placa de veículo, aplicativos para uso em smartphones (telefone celular) e Postos de Venda, fiscalização através de veículos com câmeras para consulta de status de ocupação de vaga pelo veículo estacionado e consequente aplicação das sanções previstas na legislação aos veículos estacionados em situação irregular, além de dispositivos móveis de fiscalização (individual, de uso pelos agentes).

**Importante ressaltar que o período máximo de permanência do veículo ocupando a mesma vaga de estacionamento rotativo público pago em logradouro público no Município de Itatiba é de 4 horas.**

**02.02. Parquímetros Multivagas**

O modelo de comercialização a ser implantando leva em consideração um modelo de autoatendimento, que não necessitam de interação da Contratada ou seus prepostos, ou ainda o uso de monitores.

Neste contexto, prevê-se o uso de equipamentos de controle de tempos de estacionamento – parquímetros, com a utilização das calçadas ou passeios da área de abrangência do estacionamento rotativo.

Os parquímetros a serem instalados nas vias do Município são considerados como pontos de venda fixos do estacionamento rotativo, constituindo peça central de acesso e uso do sistema de estacionamento rotativo.

Os parquímetros deverão ser capazes de operar de forma contínua e sem assistência de operador, armazenando todo o tipo de informações relativas às transações financeiras e eventos ocorridos em memória não-volátil.

Deverá possuir tecnologia digital, sendo formado por placas de circuito impresso e estar conectado de forma on-line ao Sistema Central de Gestão através de modem GPRS;

Deverá utilizar multiprocessador ou microcomputador, memória de “firmware”, memória não volátil de armazenamento de dados, interface de controle de leitura de cartões com módulos incorporados, display de leitura de cartões com módulos de segurança incorporados, display informativo, teclado e botões utilizados para a operação do equipamento;

Deverá operar adequadamente nas condições ambientais dos locais em que estiverem instalados, estando aptos a trabalhar expostos à insolação direta, umidade e na presença de elementos oxidantes, oleosos e partículas sólidas na atmosfera;

Deverá possuir relógio interno com precisão adequada para efetuar com confiabilidade, sincronização e segurança as operações de aquisição de tempo de estacionamento;

O equipamento deverá possuir alimentação independente da rede pública de energia, por meio de baterias com longa duração. A recarga das baterias no equipamento deverá ser feita, preferencialmente, por células solares e ainda deverá possuir teclado alfanumérico;

Dispor de mecanismos de proteção para impedir que sinais espúrios (interferências eletromagnéticas, descargas atmosféricas, sinais de rádio, etc.) prejudiquem o seu correto funcionamento/utilização, bem como a sua conexão on-line à rede de dados;

O gabinete do controlador do Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro) deverá ser à prova de intempéries, sendo resistente a poeira e a chuvas;

O gabinete do Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro) deverá ser feito de material resistente e ter robustez mecânica para proteção contra eventuais tentativas de agressão externa e violação dos compartimentos internos que alojam o cofre de moedas, os componentes eletrônicos e o conjunto eletromecânico destinado a impressão dos tíquetes;

A fechadura utilizada para abertura do gabinete do Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro) deverá ser tal que dificulte ao máximo as ações de vandalismo assim consideradas;

Os Equipamentos Eletrônicos Multivagas (parquímetros) devem permitir ao usuário o pagamento através de operações TEF (Transferência Eletrônica de Fundos) permitindo o uso de cartões de crédito e débito, moedas e cartões inteligentes sem contato (smartcards). As aberturas para leitora de cartões, introdução de moedas e emissão de tíquetes deverão ser projetadas de maneira a não comprometer de forma permanente o funcionamento do Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro) em caso de atos de vandalismo como: introdução de objetos rígidos e não rígidos, obstrução das entradas, injeção de líquidos, etc;

O acesso, desmontagem e remontagem para substituir os componentes de cada conjunto funcional do Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro), em especial as peças submetidas a desgaste, deverá ser realizado fácil e rapidamente pelos técnicos de manutenção de campo da CONTRATADA;

Deverá possuir colunas de suporte, bases de sustentação e demais elementos de apoio, eventualmente necessários para a instalação em campo dos Equipamentos Eletrônicos Multivagas (parquímetros), deverão atender, no que for cabível, às mesmas especificações técnicas de construção, material, comportamento mecânico e resistência ambiental especificada para os equipamentos eletrônicos multivagas.

Os Equipamentos Eletrônicos Multivagas (parquímetros) deverão possuir funções internas de autodiagnóstico e dispositivos de indicações externas para informar e identificar os tipos de avarias eventualmente detectadas, emitindo, no mínimo, sinalizações para as situações de:

1. Proximidade de término e/ou falta de papel para impressão dos tíquetes;
2. Caixa/cofre de moedas cheio;
3. Nível de cargas de bateria de alimentação;

A impossibilidade de utilização do Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro) através da exibição de mensagem “INATIVO” ao usuário.

O Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro) deverá ter capacidade de reconhecimento de todas as moedas em circulação oficial em uso corrente e outras que venham a ser colocadas em circulação no país.

O recolhimento das moedas depositadas no cofre/caixa do Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro) deverá ser feito com Cofre/Caixa removível ao Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro).

O recolhimento de moedas deverá ser feito diretamente do Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro) através da troca por outro cofre pelos prepostos da CONTRATADA.

Para cada operação de recolhimento de moedas, o Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro) deverá emitir, automaticamente, um resumo da transação efetuada, contendo, ao menos, as seguintes informações:

1. Identificação do Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro);
2. Número de sequência do relatório do recolhimento sendo realizado;
3. Data e hora da coleta;
4. Data, hora e número de sequência do último recolhimento realizado;
5. Distribuição dos totais de créditos por meio de pagamento (moeda, cartão de débito/crédito, cartão inteligente sem contato e PIX) da venda de tempo de estacionamento, acumulados desde a instalação do Equipamento Eletrônico Multivagas (parquímetro);
6. Distribuição dos totais de créditos por meio de pagamento da venda de tempo de estacionamento, do recolhimento que está sendo efetuado;
7. Distribuição por valor do montante de moedas que estão sendo recolhidas;
8. Quantidade de tíquetes e distribuição dos tempos vendidos, desde o último recolhimento.

O bilhete comprovante de aquisição de tempo de estacionamento deverá ter, no mínimo, as seguintes informações:

1. Número de identificação do Equipamento Eletrônico Multivagas;
2. Quantidade de tempo de estacionamento;
3. Valor pago;
4. Data e hora de expiração do estacionamento regular;
5. Identificação da placa do veículo;

Todas as mensagens, informações e instruções impressas no gabinete ou no display do equipamento deverão ser apresentadas em idioma português;

O visor do equipamento deverá ser do tipo alfanumérico e deverá apresentar todas as informações necessárias ao usuário;

Os dispositivos de acionamento (botões, teclas, chaves, etc.), destinados à manipulação pelos usuários deverão ter uma concepção ergométrica de projeto e instalação, de maneira a propiciar facilidade e conforto de uso para todo o perfil do público usuário.

Equipamento eletrônico fixo emissor de tíquetes de estacionamento, que serão colocados nos passeios públicos e que atendem um número ilimitado de vagas. Todas as operações realizadas pelo equipamento deverão ser registradas, em tempo real, com o Sistema Central de Gestão.

O equipamento deverá permitir armazenando todo o tipo de informações relativas às transações financeiras e eventos ocorridos em memória não-volátil, permitindo o total controle e rastreabilidade dessas operações.

Os módulos de software existentes no equipamento deverão permitir a operação de todas as funções já descritas, bem como as demais abaixo especificadas:

1. Permitir o cadastramento de numeração de tickets autorizados pela CONTRATANTE onde o equipamento fique associado a estes números cadastrados. O equipamento deverá retornar se o pagamento a ser realizado está dentro do prazo estipulado e qual o valor a ser pago. Logo após a efetivação da transação deverá ser impresso o recibo de pagamento conforme descrito anteriormente;
2. Permitir a inserção do Plano de Tarifação;
3. O plano de tarifação é formado por um conjunto de parâmetros programáveis, a partir dos quais é gerada a tabela de tarifação com a qual o Parquímetro irá operar;
4. Permitir a configuração da Tarifa;
5. Permitir que sejam estipulados o valor da tarifa, contado a partir do horário de sua emissão até o horário vigente no Parquímetro;

O parquímetro poderá ser configurado para alterar automaticamente a sua tarifação de acordo com o horário do dia, aplicando, em um mesmo dia, até três fatores de multiplicação à tabela de tarifas estabelecida.

O equipamento deve ter capacidade de armazenar e tratar uma pluralidade de configurações de horários diferentes. O município poderá alterar a regulamentação de forma a criar horários e valores distintos durante o ano, bem como taxas de regularização para veículos.

O software deverá permitir que seja atribuído um tipo diferente de horário de cobrança para cada dia da semana, de maneira a formatar a semana padrão que os parquímetros de uma determinada zona deverão seguir.

O parquímetro deverá permitir que sejam adquiridos bilhetes de estacionamento antes e depois dos horários de cobrança estabelecidos, sendo a validade projetada para o horário de cobrança seguinte.

O parquímetro deverá permitir a programação de até 20 (vinte) datas para configuração anual dos feriados e eventos de exceção à configuração de calendário, indicando qual forma de tratamento de horários deverá ser aplicada a cada data relacionada.

O parquímetro deverá permitir a programação das datas inicial e final do horário de verão, adiantando e atrasando o relógio automaticamente nas respectivas datas. Apresenta ainda o status do parâmetro, mostrando se está em vigor (ativo) ou não (inativo). Ao término do horário de verão, as datas são apagadas, visto que variam de um ano para outro, sendo necessária uma nova configuração a cada ano.

Deverá possuir uma programação que permita que sejam limitados os créditos que podem ser armazenados em um cartão inteligente sem contato do usuário, de maneira a proteger-se de possíveis fraudes, bem como garantir que, em caso de extravio ou roubo, o usuário não perca uma quantidade muito grande de créditos.

A programação deste parâmetro permite estipular um tempo extra aos usuários em geral a título de bonificação (prêmio ou tolerância) ou compensação (tempo médio relativo de deslocamento do equipamento ao veículo após a retirada do bilhete).

Dados da lista de cartões bloqueados:

1. O software deverá permitir o bloqueio de cartões inteligentes sem contato inválidos, ou seja, cartões que tenham sido perdidos, extraviados ou roubados e que poderão ter o seu uso bloqueado nos parquímetros;
2. Um cartão pertencente à lista de cartões bloqueados armazenada no Parquímetro, ao ser inserido no equipamento é automaticamente gravado com o código de bloqueio, ou seja, não poderá ser mais utilizado em nenhum Parquímetro, mesmo naqueles que não tenham a lista atualizada.

O software deverá permitir a programação do nível de aviso de coleta, valor que deve ser sempre inferior ao limite estabelecido e cuja função é informar com antecedência que a capacidade máxima do cofre está próxima de ser atingida, permitindo o agendamento da coleta de moedas antes que o equipamento atinja a capacidade máxima e fique fora de operação.

O software deverá permitir a programação de aviso da necessidade de substituição do papel, expresso em número de bilhetes restantes para o final da bobina. pluralidade de configurações de horários diferentes;

Os equipamentos novos, devem obrigatoriamente admitirem pagamento em:

a) moedas;

b) cartões de crédito e débito;

c) smartcards (cartões inteligentes); e,

d) PIX.

Os usuários deverão ser informados dos pontos de vendas, dos meios de utilização, através da sinalização vertical do Sistema de Estacionamento Rotativo.

**02.03. Aplicativo para Uso via Telefone Celular – Módulo Usuário**

Meio complementar de acesso e uso do sistema de estacionamento rotativo, o aplicativo para uso via telefonia celular permitirá a utilização do Estacionamento Rotativo não demandando dos usuários, que o tenham instalado, a necessidade de sair de seus veículos para selecionar o tempo de estacionamento desejado.

**O tempo de permanência mínimo na vaga do estacionamento rotativo é de 30 (trinta) minutos, com o pagamento da tarifa fixada pelo município.**

**A partir de tempos de permanência superiores a 30 minutos, o usuário deverá ter a opção de pagamento em tempo real, minuto a minuto, pelo meio eletrônico recarregável.**

Deverá permitir o controle de tempo da vaga utilizada e dos créditos adquiridos, o cadastramento de informações e veículos dos usuários, além da aquisição de créditos, dentre outros recursos e/ou controles afetos a esse sistema.

O aplicativo a ser utilizado pelo usuário do sistema deverá permitir, portanto, a opção de inserção da placa do veículo, além do pagamento do tempo de utilização das vagas em tempo real, com opção de paralisação ou interrupção da cobrança de tempo, bem como a personalização para previsão de taxas de regularização para veículos.

A utilização do aplicativo se dará em todas as áreas delimitadas como Estacionamento Rotativo, com o pagamento da aquisição dos créditos ou tempo de estacionamento por meio de **cartão de crédito (independente da bandeira credenciada), cartão de débito e pix.**

Este aplicativo será utilizado pelo usuário através de telefone celular do tipo smartphone, tablet ou similar, e terá as seguintes configurações básicas:

**a)** Estar integrado em rede e online aos parquímetros, software de gestão e outros equipamentos e dispositivos, como o de fiscalização de vagas e Postos de Venda;

**b)** Deve permitir o pagamento por tempo real de uso, de minuto a minuto, a partir de períodos de permanência superiores a 30 minutos;

**c)** O aplicativo deve estar hospedado gratuitamente em loja compatível com os sistemas Android e IOS;

**d)** A comercialização dos créditos pelo aplicativo será exclusiva responsabilidade da empresa contratada, devendo a plataforma responsável pelas transações financeiras e/ou de comercialização estar de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central, e operar as transações financeiras meio de cartão de crédito e débito;

**e)** O aplicativo deverá permitir o cadastro dos usuários, incluindo login e senha, acompanhamento de toda movimentação de estacionamento, controle de créditos e dos tempos utilizados, de tal forma que o usuário do Sistema de Estacionamento Rotativo possa a qualquer momento gerar um extrato da movimentação de sua conta;

**f)** O Aplicativo deverá estar integrado ao único software de gestão do sistema, além dos dispositivos de fiscalização (individual móvel e veículo) para consulta de status de ocupação de vaga pelo veículo e fiscalização pelos Agentes Fiscalizadores;

**g)** Após o cadastramento e aquisição de créditos para posterior utilização, bastará ao usuário utilizar um aparelho de telefonia celular do tipo smartphone, quando estacionar em uma vaga disponível, para selecionar o período de tempo desejado, abatendo de sua conta a quantidade correspondente de créditos de estacionamento ou valor pelo uso da vaga;

**h)** O aplicativo deverá contemplar e permitir o acesso via Internet/Portal do Usuário para consultas dos usuários, dispondo de extrato detalhado do uso dos créditos utilizados da sua conta com o Sistema;

Considerando (1) o custo associado às transações financeiras para operações de estacionamento realizadas com cartão de crédito, débito e pix, únicas possíveis no ambiente virtual de aplicativos e ambiente “web”; (2) as múltiplas taxas associadas a estas operações praticadas pelo mercado; (3) a necessidade de hospedagem de aplicativos em servidores; (4) a necessária e constante atualização dos padrões de segurança, e em especial o regramento estabelecido pela Lei Geral de Proteção de Dados; (5) e a atualização tecnológica do aplicativo; as operações de compra de crédito ou tempo de estacionamento realizadas pelos usuários através de cartões de crédito e débito serão remuneradas à Contratada aplicando-se o mesmo percentual de desconto dos Postos de Venda (PDV)/comércio credenciado do estacionamento rotativo, ou um mínimo de 10% (dez por cento) sobre cada transação, o que for menor, como forma de cobrir os custos enunciados acima e relativo a estas operações, não cabendo a cobrança pelo licitante de um valor mensal fixo pelo uso desta ferramenta.

**02.03.01. Portal do Usuário - WEB**

Meio complementar de acesso e uso do sistema de estacionamento rotativo via WEB, que permitirá a utilização do Estacionamento Rotativo, a partir de qualquer computador, sem necessidade de utilização via celular ou parquímetro. Deverá permitir o controle de tempo da vaga utilizada e dos créditos adquiridos, o cadastramento de informações e veículos dos usuários, além da aquisição de créditos, dentre outros recursos e/ou controles afetos a esse sistema.

**O tempo de permanência mínimo na vaga do estacionamento rotativo é de 30 (trinta) minutos, com o pagamento da tarifa fixada pelo município.**

**A partir de tempos de permanência superiores a 30 minutos, o usuário deverá ter a opção de pagamento em tempo real, minuto a minuto, pelo meio eletrônico recarregável.**

O portal do usuário será utilizado pelo usuário através de qualquer computador ligado à rede, e terá as seguintes configurações básicas:

**a)** Estar integrado em rede e online aos parquímetros, software de gestão e outros equipamentos e dispositivos, como o de fiscalização de vagas;

**b)** Deve permitir o estacionamento e pagamento por tempo real de uso, minuto a minuto, a partir de períodos de permanência superiores a 30 minutos;

**c)** A comercialização dos créditos por este portal será de exclusiva responsabilidade da empresa contratada, devendo a plataforma responsável pelas transações financeiras e/ou de comercialização estar de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central, e operar as transações financeiras meio de cartão de crédito, débito e pix;

**d)** O portal do usuário deverá permitir o cadastro dos usuários, incluindo login e senha, acompanhamento de toda movimentação de estacionamento, inclusive aqueles estacionamentos realizados através de outras plataformas, tais como parquímetro, aplicativo ou ponto de venda, controle de créditos e dos tempos utilizados, de tal forma que o usuário do Sistema de Estacionamento Rotativo possa a qualquer momento gerar um extrato da movimentação de sua conta.

**e)** O portal do usuário deverá estar integrado ao único software de gestão do sistema, além dos dispositivos de fiscalização (individual móvel e veículo) para consulta de status de ocupação de vaga pelo veículo e fiscalização**.**

**f)** Após o cadastramento e aquisição de créditos para posterior utilização, bastará ao usuário utilizar um computador ligado à rede, quando estacionar em uma vaga disponível, para selecionar o período de tempo desejado, abatendo de sua conta a quantidade correspondente de créditos de estacionamento ou valor pelo uso da vaga.

**02.03.02. Parquímetro digital**

A empresa contratada deverá possuir um sistema com possibilidade de aquisição de horas do estacionamento rotativo através de QRcode, **sem a necessidade de cadastramento prévio**. O usuário fará a leitura do Qrcode, e o mesmo será direcionado para uma página onde será realizado a inserção do número da placa do veículo e realizar a compra de crédito.

**A empresa contratada será responsável por fixar as informações nas placas, do QRcode para o pagamento via Paquímetro Digital, bem como a informação para baixar o APP do estacionamento rotativo.**

**02.04. Veículo de Fiscalização e Fiscais com Dispositivos Móveis de Fiscalização de Vaga**

**02.04.01. Veículos de Fiscalização**

A licitante deverá fornecer o serviço de fiscalização de ocupação irregular de vagas do estacionamento rotativo público através do fornecimento de tecnologia de fiscalização móvel para equipar 02 (dois) veículos automotores equipados com câmeras dotadas de tecnologia de leitura e reconhecimento de placas (OCR), integrado em tempo real com o software de gestão do sistema.

O veículo de fiscalização deverá estar equipado com 02 (duas) câmeras de visualização das vagas de estacionamento, além de 01 (uma) câmera com captura de imagem panorâmica, interligados em tempo real ao software de gestão, sistema este que comporá a fonte primária de fiscalização e controle do estacionamento rotativo, através do videomonitoramento. As câmeras realizarão a leitura das placas dos veículos estacionados e o software verificará se o automóvel está com o estacionamento rotativo regularmente ativado.

Características do veículo de fiscalização:

1. O veículo de fiscalização será automotor, com 04 (quatro) lugares, ano de fabricação não superior à 10 (dez) anos da data da apresentação da proposta.
2. O motorista, o combustível, demais insumos e manutenção serão de responsabilidade da contratada;
3. O veículo de fiscalização deverá ter, no mínimo, 02 (duas) câmeras, sendo uma apontada para o lado direito do veículo e a outra apontada para o lado esquerdo do veículo, além da câmera panorâmica, que permite contextualizar e identificar a vaga de estacionamento na via em relação aos pontos de referência existentes (lojas, garagens, etc.);
4. O veículo de fiscalização deverá ser equipado com módulo de comunicação, devendo enviar on-line e em tempo real sua localização, além de estar integrado à base de dados do sistema;
5. O veículo de fiscalização deverá permitir à fiscalização do estacionamento rotativo em campo, a consulta online da placa do veículo mediante leitura automática desta (OCR), e desta forma inteirar-se do status da vaga ocupada pelo veículo (se regular ou irregular), possibilitando-lhe assim configurar situações de infrações em relação ao uso do estacionamento rotativo.

**02.04.02. Monitores/Fiscais com Dispositivos Móveis de Fiscalização de Vaga**

Como parte integrante, obrigatória e complementar do sistema de fiscalização, a licitante garantirá 06 (seis) monitores/fiscais equipados com dispositivo móvel, tal como telefone tipo smartphone, *tablet* ou outro formato eletrônico, com capa de proteção, e impressora, bateria de duração mínima de 10 horas.

a) Sistema Operacional, Processador e Memória: compatíveis com o software que será disponibilizado pela CONTRATADA.

b) Tela de no mínimo 5";

c) Bandas: 4G: GSM/GPRS/EDGE, UMTS/HSPA+, 4G LTE;

d) Câmera traseira com resolução mínima de 12MP e câmera frontal de 8 MP;

e) Conectividade: Tecnologia Bluetooth 4.0 ou superior;

f) Wi-Fi: 802.11b/g/n;

g) Serviços de Localização: GPS;

h) Pacote de dados operadora que suporte as operações realizadas pelos agentes municipais.

i) Todos os insumos, materiais e manutenção dos equipamentos deverão ser providos pela CONTRATADA.

Todos os equipamentos fornecidos serão novos e sem uso.

A empresa licitante deverá ainda dispor, em sua sede neste Município onde executará assistência técnica, dispositivos móveis de fiscalização de vaga para substituição imediata quando necessitado.

O dispositivo móvel deverá permitir o fornecimento de informações de caráter educativo, permitindo o monitoramento do estacionamento rotativo em campo, e permitir à fiscalização do estacionamento rotativo em campo, a consulta online da placa do veículo, e desta forma inteirar-se do status da vaga ocupada pelo veículo (se regular ou irregular), possibilitando-lhe assim configurar situações de infrações em relação ao uso do estacionamento rotativo.

**02.04.03. Das situações de irregularidades**

Todos os módulos de fiscalização, através dos dispositivos móveis, deverão operar em rede e em tempo real (online) de forma integrada com o software integrador e gerenciador de todo o sistema, permitindo acessar todas as informações relativas ao status de ocupação da vaga pelos veículos (mediante consulta à sua placa), e respectivo status de estacionamento (regular ou irregular), dia, horário de início e término do estacionamento, local.

O veículo que exceder o período de estacionamento contínuo adquirido, ou não efetivar a contratação de período algum, será considerado como estacionado em desacordo com as condições regulamentadas pela sinalização. Ainda, todo veículo que for assim constatado, poderá o usuário efetuar o pagamento da tarifa de pós utilização, até as 17 horas do dia útil subsequente a constatação da irregularidade. Os usuários poderão receber notificação quanto de tal alternativa por meio do aplicativo, ou ainda, efetuar consulta aos pontos de venda ou ao site do sistema de estacionamento rotativo. A emissão do AI se dará apenas após ultrapassado tal prazo, e estará condicionada ao não pagamento de tal regularização. Constada então a irregularidade de estacionamento, e não efetivado o pagamento da Tarifa de Pós Utilização, será emitido um “Aviso de Irregularidade”, especificando o enquadramento da infração, as características de identificação do veículo, data e local da emissão. A emissão do AI poderá ser feita de forma automática, por equipamento eletrônico. O descumprimento da regulamentação será encaminhada ao Departamento Municipal de Trânsito por meio digital, cabendo ao DMT tomar as medidas cabíveis para penalização do usuário, conforme a legislação em vigor.

O software de gestão integrador do sistema de estacionamento rotativo deverá registrar ainda informações relativas ao número de consultas de placas pelos fiscais, números de placas regulares e irregulares, configurando-se assim situação de discrepâncias entre veículos consultados, veículos estacionados em situação irregular e correspondentes autuações emitidas. O sistema deverá integrar o sistema de cercamento eletrônico existente no município, permitindo a interoperabilidade entre os dados de monitoramento de veículos e o controle do estacionamento rotativo, otimizando assim a gestão integrada do trânsito urbano.

**02.05. Dispositivos e/ou Aplicativos para Ponto de Venda Credenciado (P.D.V) -Crédito de Estacionamento Avulso**

Como parte integrante e obrigatória do Sistema, a licitante deverá criar uma rede credenciada de Postos de Venda de créditos de estacionamento avulsos e recarga dos dispositivos eletrônicos para serem utilizados no Estacionamento Rotativo fornecendo dispositivos e/ou aplicativos à Rede de Comércio Credenciada, perfazendo um total de **31 (trinta e um) Postos de Venda** para atender as 1.724 (mil setecentas e vinte e quatro) vagas iniciais.

A empresa Proponente será a responsável pelo treinamento, material de apoio e sinalização destes Postos de Vendas de credenciados.

Os pontos de venda deverão ser identificados por meio de sinalização específica, nos seguintes formatos:

1. Placas com 210 mm de largura por 297 mm de altura, confeccionadas em adesivo aplicado sobre suporte de plástico em ABS (acrilonitrila butadieno estireno) ou acrílico, com espessura mínima de 2 mm;
2. Películas adesivas de 210 mm de largura por 297 mm de altura, aplicadas sobre vidro.

**02.05.01. Créditos Consignados**

Quando da aquisição de créditos de estacionamento pelos Postos de Venda credenciados, ou acerto relativo à comercialização destes créditos, por consignação, será concedido desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor da compra.

Os dispositivos de venda de créditos avulsos, tais como telefone tipo smartphone, tablet, ou ainda outros meios eletrônicos similares, devem ser dotados de impressora e permitir que os postos credenciados façam a comercialização dos créditos de estacionamento junto aos usuários do Estacionamento Rotativo, como mais uma forma alternativa e complementar de uso do mesmo, além da recarga de créditos nos meios eletrônicos recarregáveis para uso nos parquímetros.

Estes dispositivos e/ou aplicativos para Postos de Venda (P.D.V) deverão ainda:

**a)** Permitir que os créditos de estacionamento a ser comercializados sejam previamente adquiridos e ou consignados junto ao departamento de trânsito;

**b)** Deverão permitir o carregamento dos cartões ou meio eletrônico recarregável para uso nos parquímetros, e a sua recarga, com créditos de estacionamento;

**c)** Deverão estar integrados onlinecom o único software de gestão do Sistema.

**02.06. Software de Gestão de Controle do Sistema Integrado de Estacionamento Rotativo**

A empresa Proponente deverá fornecer um único software integrador de gestão do sistema, com tecnologia avançada para que todos os parquímetros, aplicativos (usuário, ponto de venda e fiscalização), quaisquer outros equipamentos, componentes e dispositivos do novo Sistema Integrado de Estacionamento Rotativo sejam administrados, monitorados e fiscalizados pelo departamento de trânsito, integrando os processos de estacionamento, controle financeiro e de fiscalização (veículos inclusive).

A plataforma deverá compreender um único conjunto de processos informatizado com o objetivo de administrar e gerir o Sistema Integrado de Estacionamento, por meio da análise de informações coletadas em tempo real (online).

Para evitar-se situações de fraude de acesso, ou configurar situações de risco para o sistema, não será permitido o uso de mais de um software/plataforma web para gestão do sistema. Independente do fornecedor ou fabricante do equipamento, dispositivo ou aplicativo, os meios de acesso e fiscalização (parquímetros, aplicativos para usuário, ponto de venda e fiscalização) deverão estar integrados em uma única plataforma de gestão e controle.

Neste sentido, refletindo questões de segurança na operação do sistema integrado de estacionamento rotativo, o software de gestão integrador do sistema deverá permitir configurar níveis de acesso para o pessoal do departamento de trânsito, devidamente credenciados e autorizados a operá-lo. Neste sentido, deverá permitir que um usuário seja cadastrado e a partir de um único “log-in” este tenha acesso a todas as informações relativas à operação, com todas os parquímetros, aplicativos (usuário, fiscalização e POS integrados). Deverá ainda:

**a)** Permitir total controle sobre a forma de utilização dos créditos pelos usuários do Estacionamento Rotativo, seja pelos parquímetros, aplicativo para uso via smartphone ou posto de venda credenciado, além de gerar relatórios de créditos adquiridos e vendidos, quer pelo site (aplicativo), rede credenciada ou parquímetros;

**b)** Produzir relatórios gerenciais e estatísticos a partir do processamento dos dados produzidos nos equipamentos, dispositivos e aplicativos, indicando, dentre outros aspectos, valores arrecadados.

**c)** No momento da aquisição de tempo por qualquer dos meios de acesso (parquímetro ou qualquer dos aplicativos), pelo usuário do Estacionamento Rotativo, o software de gestão, ao integrar estes processos, deve disponibilizar essa informação a todos os dispositivos de fiscalização, de tal forma que o Agente do Estacionamento Rotativo possa fiscalizar o tempo utilizado.

**d)** O software de gestão deverá armazenar os dados de uso do sistema em banco de dados;

**e)** Permitir o acompanhamento em tempo real **(online)**, por meio de plataforma WEB, do funcionamento do Sistema de Estacionamento Rotativo. A caracterização de uma operação em tempo real ou **online** é a de que qualquer operação feita em qualquer equipamento, dispositivos e aplicativos que compõem o Sistema Integrado de Estacionamento Rotativo seja transmitida instantaneamente para o software de gestão, admitindo-se atraso (ou *delay*) de alguns segundos em função de tráfego de dados na rede de comunicação utilizada. Por questões de razoabilidade, admite-se algum atraso ou eventualmente o não envio de alguma informação, em função de problemas ou congestionamento na rede de comunicação utilizada (GPRS por exemplo), mas estas situações não se caracterizam como sendo de rotina, prevalecendo o conceito geral e usual de que a comunicação entre os equipamentos (parquímetros), dispositivos e aplicativos que compõem o Sistema Integrado de Estacionamento Rotativo sejam transmitidos instantaneamente para o software de gestão.

**f)** No momento da aquisição de tempo por qualquer plataforma (parquímetro ou qualquer dos aplicativos), pelo usuário do Estacionamento Rotativo, o software de gestão, ao integrar estes processos, deve disponibilizar essa informação a todos os dispositivos de fiscalização, de tal forma que o fiscal possa verificar o tempo utilizado.

**g)** O sistema deverá integrar o sistema de cercamento eletrônico existente no município, permitindo a interoperabilidade entre os dados de monitoramento de veículos e o controle do estacionamento rotativo, otimizando assim a gestão integrada do trânsito urbano

Por questões de segurança da arrecadação, o software de gestão deverá ainda receber avisos de abertura indevida de portas/retirada de cofre dos parquímetros instalados em campo.

A Contratada deverá disponibilizar uma **Central de Monitoramento** como parte integrante e obrigatória do Software de Gestão, instalada nas dependências da sede do departamento de trânsito, com os seguintes equipamentos:

**1)** Monitor (TV) em LED de no mínimo de 40" (polegadas);

**2)** 02 estações de trabalho, compostas por 01 (um) computador e periféricos que permitam o monitoramento do estacionamento rotativo;

**3)** impressora multifuncional colorida acoplada às estações de trabalho de modo a possibilitar a impressão de relatórios de auditorias e acompanhamento das operações mensais;

A Contratada será responsável pela transferência e gestão de conhecimento de operação do novo Sistema do Estacionamento Rotativo para o pessoal do departamento de trânsito, incluindo, dentre outros, pessoal da área financeira, de administração e fiscalização.

**02.06.01. Serviços e Demais Equipamentos do Sistema Integrado Estacionamento Rotativo**

O Sistema Integrado de Estacionamento Rotativo de Itatiba/SP deverá operar com no mínimo os seguintes serviços e demais equipamentos, a serem prestados/fornecidos pela Contratada:

**a)** Verificação da necessidade de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;

**b)** Acompanhamento do funcionamento dos equipamentos em campo para verificação de relógio, carga de papel para impressão, funções, etc.;

**c)** Serviços de instalação, reinstalação, remoção e operação dos Parquímetros;

**d)** Gestão do sistema de Postos de Venda implantados/credenciados;

**e)** Implantação da Central de Monitoramento, em local apontado pelo contratante, para operação do Software de Gestão de Controle do Sistema Integrado de Estacionamento Rotativo;

**f)** Implantação da central de manutenção e atendimento ao contrato, dentro da área de abrangência do sistema de estacionamento rotativo;

**g)** Serviço de fiscalização com dispositivo móvel.

**3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS:**

**03.01. Capacitação Técnica do Pessoal do Departamento De Trânsito**

A Contratada deverá capacitar o pessoal do Município alocado para gestão do sistema.

A capacitação, na sede do departamento de trânsito, deverá ocorrer antes do início de funcionamento do Sistema, devendo a Contratada realizar pelo menos duas sessões de treinamento, com módulos teórico e prático, para os casos em que nem todo o pessoal do Departamento de Trânsito esteja disponível, devendo a Contratada ajustar os módulos de treinamento necessários para que o pessoal alocado esteja habilitado a operar o Sistema e seus equipamentos/aplicativos. Sempre que houver substituição do pessoal do departamento de trânsito envolvido na gestão do Sistema, a Contratada deverá capacitar a(s) pessoa(s) que assume a sua nova função.

**03.02. Serviços de Manutenção e Suporte à Operação**

A empresa Contratada deverá manter estrutura operacional na cidade de Itatiba/SP, dentro da área de abrangência do sistema de estacionamento rotativo, para melhor desempenho das funções de manutenção aos parquímetros, equipamentos/dispositivos locados além de suporte à operação, com a execução dos seguintes serviços:

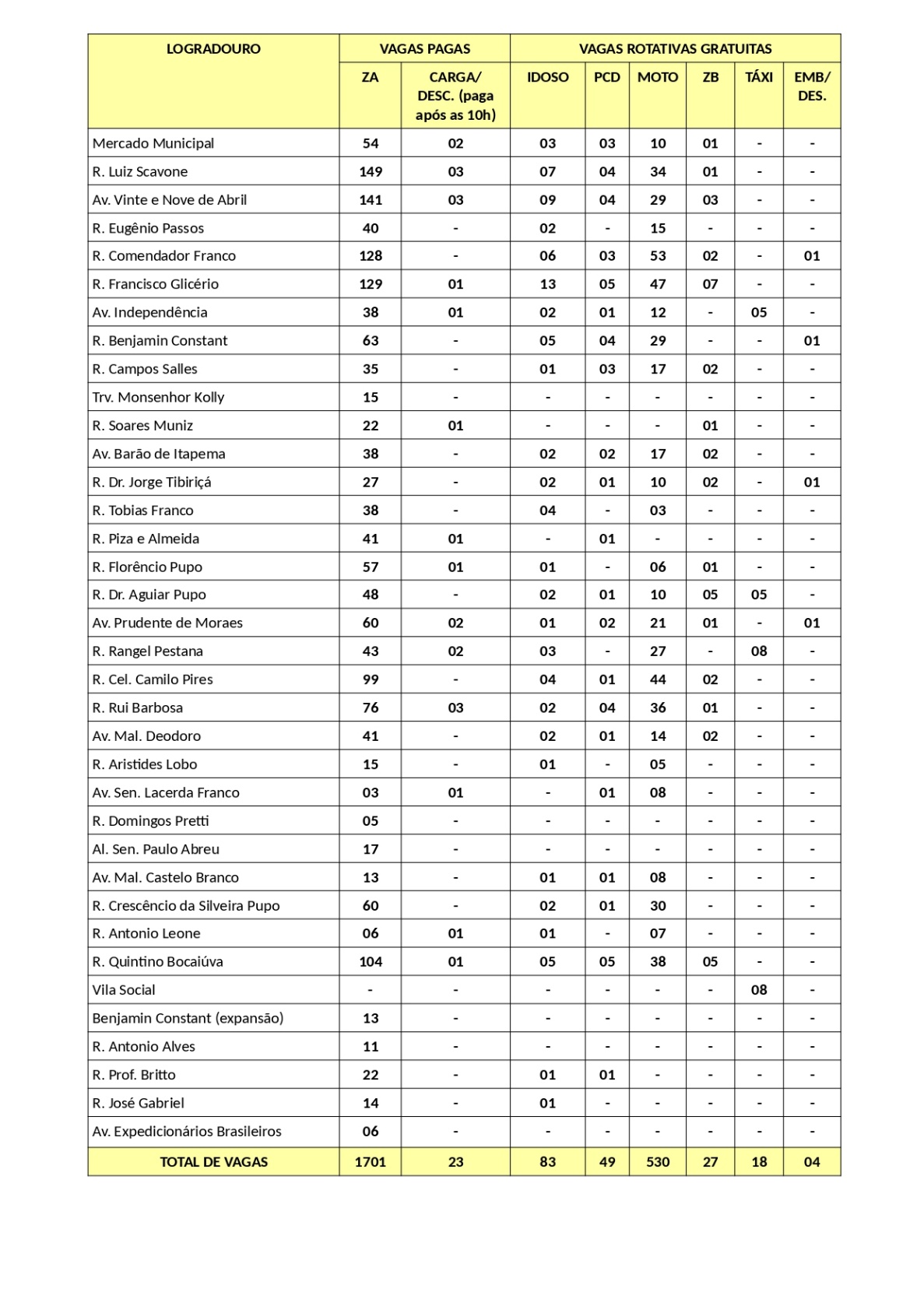
Assistência técnica aos parquímetros multivaga, devendo manter no mínimo 02 (duas) unidades do equipamento parquímetros como unidades reserva, para substituição imediata quando o Sistema necessitar;

1. Assistência técnica aos equipamentos/dispositivos de consulta de vaga e da rede de Postos de Venda credenciada;
2. Prover os suprimentos dos parquímetros, aplicativos, demais equipamentos/dispositivos, compreendendo bobinas de papel para emissão de comprovantes, bateria, chips para transmissão de dados, componentes e outros itens necessários ao funcionamento do Sistema;
3. Fornecimento e renovação das licenças de uso enquanto o equipamento/dispositivo/software estiver operando.
4. Suporte continuado e manutenção dos dispositivos e aplicativos de fiscalização (módulo primário e secundário)
5. Suporte continuado, remoção/instalação de equipamentos contemplados na solução, e manutenção dos dispositivos e aplicativos de aquisição de tempo de estacionamento por usuários e nos pontos de venda.
6. Suporte continuado e manutenção do software de gestão do Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento Rotativo Online.

**4. Vagas**

Ao longo do Contrato, prevê-se a implantação de um total de 1.724 (mil setecentos e vinte e quatro) vagas, na área de abrangência do estacionamento rotativo, com a prestação de todos os serviços estipulados neste Edital (realização do OBJETO deste Edital), no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura do respectivo contrato e emissão da ordem de serviço.

A área de abrangência do estacionamento rotativo é a que segue:



O Departamento de Trânsito poderá realizar ajustes no sistema de estacionamento rotativo, adaptando-o às novas realidades que eventualmente surjam ao longo do período de contrato, respeitado o equilíbrio do contrato de locação.

Neste sentindo, poderá incluir ou excluir vagas, vias e logradouros das áreas destinadas ao Sistema Integrado de Estacionamento Rotativo, após análise de projetos viários prevendo a fluidez do tráfego, de projetos particulares prevendo o acesso de veículos (guias rebaixadas), de estudos para implantação de pontos de ônibus, táxi, farmácia, guias rebaixadas e vagas para deficientes.

**5. Implantação e Operação do Sistema Integrado de Estacionamento Rotativo**

A execução dos serviços e a implantação dos parquímetros, demais equipamentos, dispositivos e aplicativos do Sistema de Estacionamento Rotativo são de responsabilidade exclusiva da empresa Contratada, sob supervisão e orientação do Departamento De Trânsito.

**05.01. Normas Técnicas**

A implantação e operação do sistema de estacionamento rotativo no Município de Itatiba observará as diretrizes estabelecidas na legislação federal vigente, em especial a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), bem como as resoluções correlatas expedidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), no que diz respeito à sinalização viária, à regulamentação do uso do espaço público e à segurança no trânsito.

No âmbito local, o sistema observará a legislação municipal específica, com destaque para:

1. Lei Municipal nº 2.916, de 12 de junho de 1997, que dispõe sobre a administração do sistema de estacionamento controlado de veículos em vias e logradouros públicos do município;
2. Lei Municipal nº 3.143, de 26 de julho de 1999, que dá nova redação à legislação anterior, estabelecendo que os serviços poderão ser prestados diretamente pela Administração Municipal ou por meio de concessão, e que deverão ser implantados por sistema adequado de controle.
3. Lei Municipal nº4.513, de 09 de outubro de 2012 que ‘altera dispositivo da Lei Municipal nº 3.143, de 26 de julho de 1999, que “dispõe sobre a administração do sistema de estacionamento controlado de veículos em vias e logradouros públicos do município de itatiba", na forma que especifica’
4. Decreto Municipal nº 4.212, de 25 de agosto de 1999, que regulamenta a Lei nº 3.143/1999, estabelecendo diretrizes operacionais do sistema

Portanto, todas as diretrizes técnicas, operacionais e legais adotadas no presente modelo de estacionamento rotativo atendem aos dispositivos legais federais e municipais vigentes, respeitando a competência do Município para regulamentar o uso do solo urbano e promover a mobilidade urbana eficiente, segura e ordenada.

**05.02. Manutenção - Outros**

Os demais serviços de manutenção devem observar ainda as seguintes orientações e critérios:

**a)** Os atendimentos de ocorrências (manutenção) apontados por ouvidoria pelos usuários ou pelos agentes de trânsito em campo serão obrigatoriamente atendidos em no máximo 30 (trinta) minutos, a contar do chamado. Para tal, a Contratada se obriga a montar e utilizar sua estrutura de manutenção e atendimento a ocorrências, e que será idealmente próxima da futura Central de Atendimento ao Usuário do Estacionamento Rotativo, garantindo com isso o melhor atendimento às ocorrências no tempo estipulado.

A manutenção dos Parquímetros deve ser executada de tal forma que sua funcionalidade não seja prejudicada, mantendo todas as informações e funções pertinentes à operação.

Toda manutenção requerida, quer seja em parquímetros, equipamentos, dispositivos, aplicativos, sinalização e outros componentes associados à operação do Sistema é obrigação da Contratada, contemplando ainda o suprimento de materiais de consumo de equipamentos instalados e hardware/software (bobina para impressora).

E ainda, de responsabilidade da Contratada:

**b)** A reconfiguração de parâmetros que deverá ser feita fora dos horários de operação, e idealmente de forma remota;

**c)** A manutenção física do equipamento deverá ser feita por técnico qualificado da empresa, uniformizado e identificado;

**d)** Deverá ser executada periodicamente a manutenção preventiva dos equipamentos (elétrica, mecânica, eletrônica, sistemas de software – captação de dados), objetivando um perfeito estado de funcionamento e segurança dos mesmos;

**e)** A Contratada deverá acompanhar o funcionamento dos equipamentos, inclusive em campo se for o caso, para verificação de todas as suas funcionalidades, e se estão operando de acordo, tais como tensão da bateria, relógio, sinal de conectividade com o Sistema, carga de papel para impressão.

Sendo necessário a reinstalação ou remoção de parquímetros, esta será de responsabilidade da Contratada.

**05.03. Prazos para serviços de manutenção (parquímetros)**

Quando o parquímetro apresentar algum defeito de funcionamento, a Contratada tem até **24 (vinte e quatro) horas para consertá-lo em campo.** Não cumprido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para reparo, a Contratada deve substituir a unidade defeituosa, utilizando os equipamentos reserva (02 unidades reserva), e sem custo para o Departamento De Trânsito.

Caso as unidades reservas já tenham sido utilizadas e ainda haja necessidade de manutenção e/ou substituição de equipamentos, a contratada tem **72 (setenta e duas) horas,** após notificação pelo departamento de trânsito, para atender e resolver o problema identificado, sob pena de pagamento de multa, no valor equivalente a 10 (dez) horas de estacionamento, multiplicado por 40% (equivalente à taxa de ocupação presumida do sistema), vezes o número de vagas afetadas e número de dias de descumprimento da determinação do Departamento de trânsito.

Prazos para serviços de manutenção (demais equipamentos, dispositivos, aplicativos e software):

**1)** A Contratada tem até **24 (vinte e quatro) horas** para consertar quaisquer defeitos nestes componentes do Sistema;

**2)** Não cumprido o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para reparo, a Contratada deve substituir a unidade defeituosa, utilizando equipamentos reserva (02 unidades reserva), sem custo para o Departamento de trânsito;

**3)** Caso as unidades reservas já tenham sido utilizadas e ainda haja necessidade de manutenção e/ou substituição destes componentes, a contratada tem **72 (setenta e duas) horas**, após notificação pelo Departamento De Trânsito, para atender e resolver o problema identificado, sob pena de pagamento de multa, no valor equivalente a **01 (uma) hora**, vezes o número de vagas afetadas e número de dias de descumprimento da determinação do Departamento de trânsito;

**06. Sinalização Vertical de Regulamentação**

Em toda área de abrangência do Rotativo do Município de Itatiba deverão ser implantados a sinalização gráfica sinalização vertical, correspondendo a colocação de placas sinalizadoras e indicativas das condições de estacionamento. A contratada ficará responsável pela manutenção permanente de todas a placas instaladas.

Em cada quadra da área de abrangência, deverão ser colocadas placas informativas contendo as seguintes informações mínimas:

**Placas indicando ZONA AZUL:**

1. Dia e horário de funcionamento do estacionamento rotativo;

2. Tempo máximo de permanência na vaga;

3. QR code para acesso ao aplicativo de compra e para o Parquímetro Digital.

**Placas indicando ZONA BRANCA:**

1. Indicação da vaga da zona branca;

2. Indicação do tempo de permanência na vaga de forma gratuita;

3. Orientação quanto ao uso do pisca alerta.

O Projeto deverá ser executado observando as seguintes especificações técnicas, sempre respeitando as Normas ABNT, a Lei 9.503/97 o Código de Trânsito Brasileiro e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e em conformidade com as determinações e especificações autorizadas pela Prefeitura.

As placas serão confeccionadas em aço galvanizado, conforme a Norma ABNT – NBR 11904.

O acabamento do verso da placa deverá ser com pintura com tinta na cor preta fosca, conforme o padrão já existente;

Os adesivos ou materiais similares utilizados nas placas são deﬁnidos de acordo com as normas técnicas e aplicadas na face principal toda da placa.

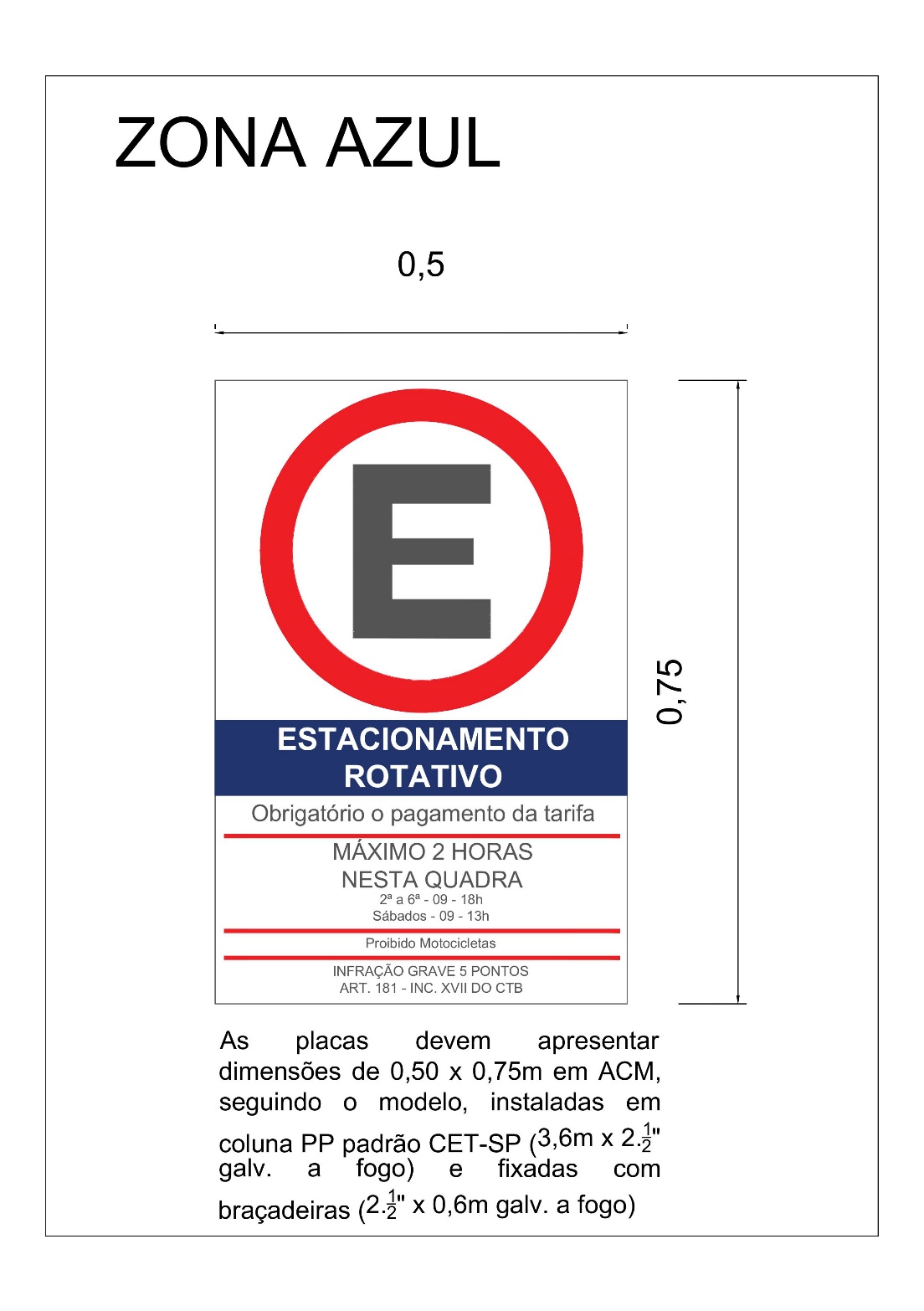
A ﬁxação do conjunto deverá ser posicionada nas vias urbanas. Deverá a borda inferior da placa ﬁcar a uma altura livre, em relação ao solo, entre 2,10 e 2,20m.

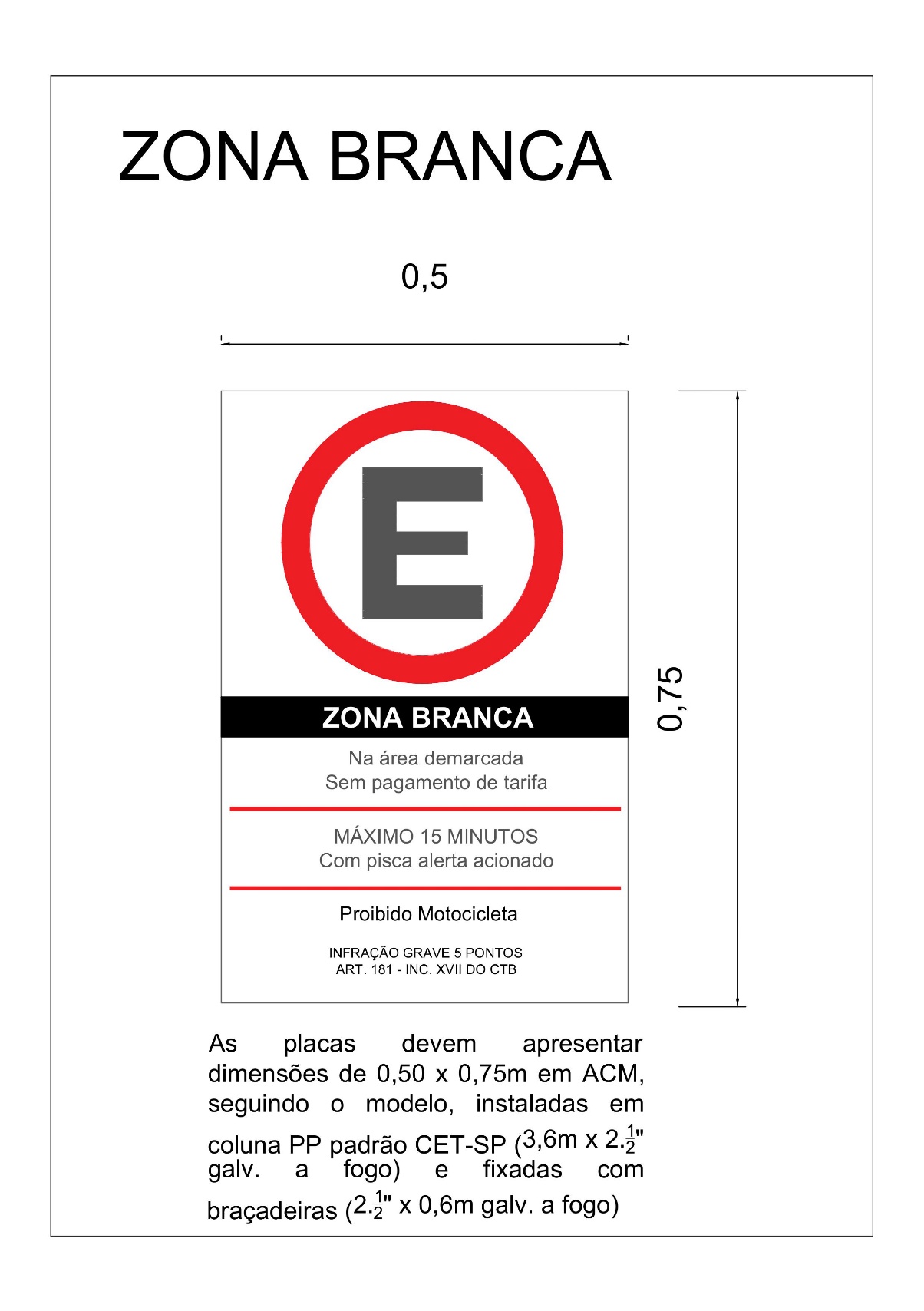
As placas serão instaladas conforme instruções do Departamento Municipal de Trânsito.

**Os modelos previstos no Anexo I.2 das placas de sinalização deverão ser utilizados como base pela contratada para elaboração e apresentação do layout final contendo todas as exigências do presente. No mesmo prazo de apresentação do projeto de implantação, deverão ser apresentados os modelos finais das placas para aprovação pela Contratante.**

**ANEXO I.2**

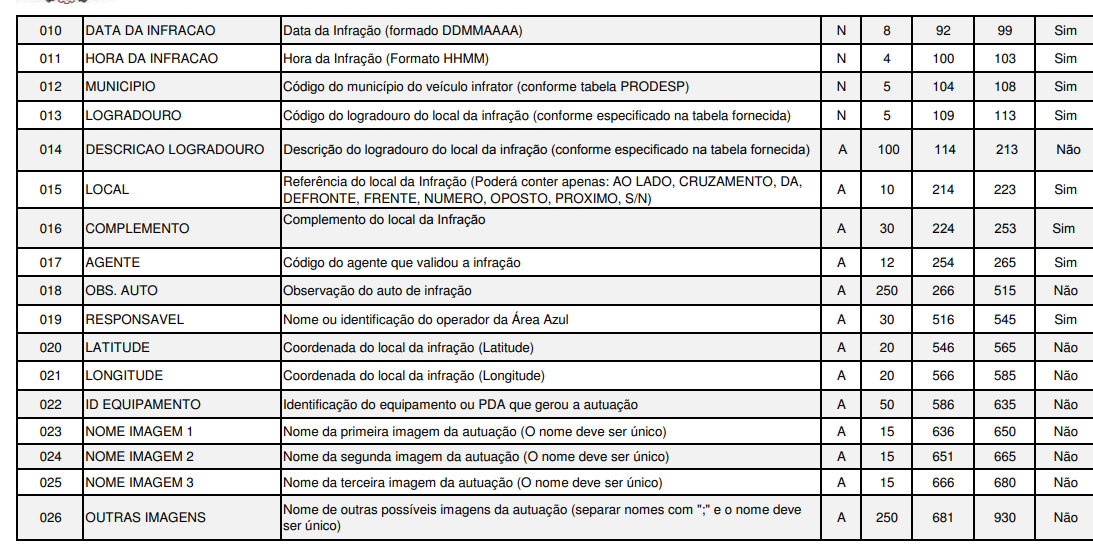
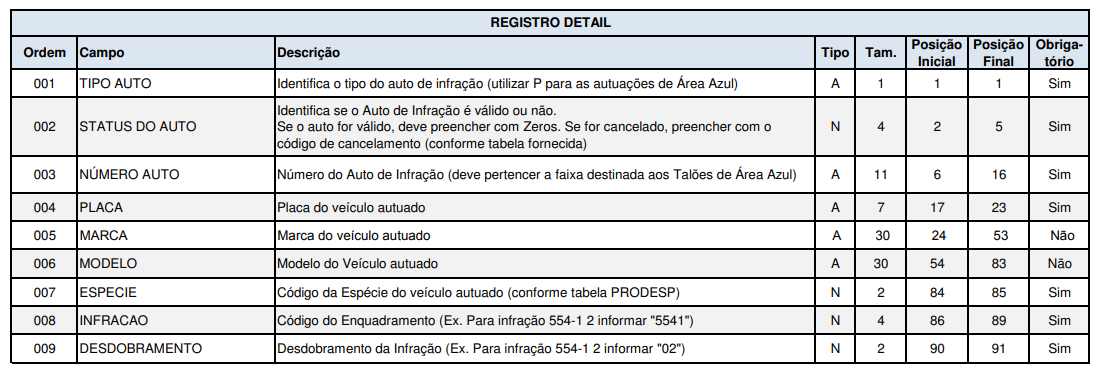
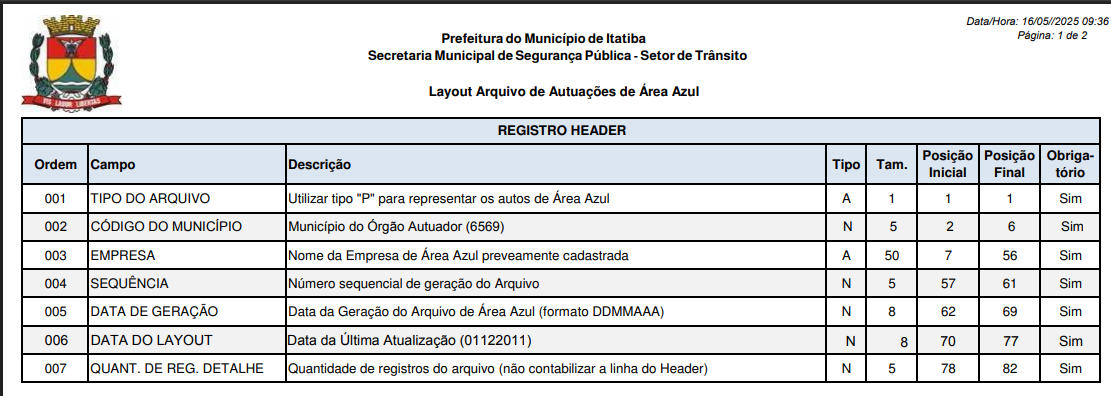
**MODELOS DE PLACA DE SINALIZAÇÃO**

****

****

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | |  |
| **ANEXO I.3** | | | |  |
|  | | | |  |
| **ANÁLISE DE CONFORMIDADE – PROVA CONCEITO** | | | |  |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** |  | |  |
| **1** | **Parquímetros Multivagas** | **Conforme** | **Não conforme** |  |
| **ANÁLISE DE CATÁLOGO** |  |
| a | Ser intuitivo quanto ao seu uso, com instruções claras e transações simplificadas; |  |  |  |
| b | Disponibilizar para o usuário opção ou função de escolha de pelo menos dois idiomas estrangeiros (inglês e espanhol) de forma intuitiva, em tecla de fácil compreensão ou tecla única (específica) para esta função; |  |  |  |
| c | Permitir ao usuário opção quanto ao tempo de estacionamento que pretende estacionar ao usar moedas, dentro dos limites estabelecidos; |  |  |  |
| d | Permitir ao usuário, no mínimo, duas opções quanto ao comprovante tempo de estacionamento, por meio de recibo impresso e mensagem eletrônica do tipo SMS, permitindo a utilização ecológica do sistema; |  |  |  |
| e | Permitir ao usuário a opção de pagar pelo tempo de uso, através do meio eletrônico recarregável; |  |  |  |
| f | Garantir ao DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO controle em tempo real (online) da arrecadação através do software de gestão do sistema; |  |  |  |
| g | Proporcionar flexibilidade nas programações dos equipamentos para melhor planejamento da operação dos serviços; |  |  |  |
| h | Permitir o acompanhamento em tempo real (online) por parte do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO das condições de utilização do equipamento, com monitoramento de pelo menos seu status operacional (se operante ou fora de operação), aliado ao monitoramento de outras funções, tais como nível de carga da bateria, nível de sinal de comunicação, etc. |  |  |  |
| i | Permitir tempo de carência inicial e/ou final, programável; |  |  |  |
| j | Permitir utilização, como meio de pagamento, de cartões de crédito e débito, além de um outro meio de pagamento pré-pago recarregável, sejam cartões ou outro meio eletrônico, tais como chaveiros, além de todas as moedas em circulação, à exceção da moeda de 01 (um) centavo de real; |  |  |  |
| k | Apresentar alimentação de energia própria, que permita seu funcionamento durante o período de operação, de forma totalmente independente em relação à rede elétrica local; |  |  |  |
| l | O parquímetro deve ser integrado em rede, em tempo real (online) a equipamentos/dispositivos e/ou aplicativos de fiscalização, melhorando a produtividade e tornando mais ágil o trabalho dos agentes de fiscalização contratante; |  |  |  |
| m | Estar dotado de memória ou outro mecanismo para registro das operações de inserção de tempo de estacionamento ou controle do horário de utilização das vagas de estacionamento rotativo, de forma a eliminar qualquer possibilidade ou ocorrência de perdas de frações de tempo pelos usuários ao final do período de cobrança do sistema; |  |  |  |
| n | O parquímetro deve permitir a devolução do tempo de estacionamento não utilizado, configurando-se a cobrança por tempo real de uso, minuta a minuto, além de consulta ao saldo de créditos ou tempo remanescente; |  |  |  |
| o | O parquímetro deve permitir a consulta de saldo do tempo de estacionamento não utilizado, dos estacionamentos realizados através de acionamento por cartão de crédito/débito, e moedas, possibilitando que o usuário monitore seu estacionamento de forma “online”, demonstrando transparência e comodidade do sistema; |  |  |  |
| p | Cada parquímetro multivaga deverá atender uma média de 50 (cinquenta) vagas de estacionamento esta medida tem por objetivo facilitar seu acesso e manuseio pelos usuários, especialmente aqueles portadores de alguma deficiência locomotora, temporária ou permanente, idosos ou gestantes; | ITEM OBRIGATÓRIO NA IMPLANTAÇÃO | |  |
| q | Os parquímetros idealmente deverão aceitar os cartões de crédito e débito, bem como dispositivos eletrônicos recarregáveis pré-pagos de uso, de tal forma que seu uso se de exclusivamente por aproximação (sem inserção ou contato físico de qualquer natureza entre o dispositivo – leia-se tag, cartão ou outro meio eletrônico – e o parquímetro), reduzindo assim as ocorrências de problemas de uso decorrentes do contato físico (como interrupção do contato quando da leitura e/ou gravação de dados), evitando-se atos de vandalismo com obstrução da gaveta ou local de inserção do cartão/dispositivo; |  |  |  |
| r | Os parquímetros deverão ainda estar obrigatoriamente integrados em rede e funcionar conjuntamente e online com outros meios de utilização do sistema de estacionamento rotativo, como o posto de venda credenciado no comércio e o aplicativo para uso de smartphones (celular). Os parquímetros deverão ainda estar integrados ao único software de gestão do sistema, e dispositivos de fiscalização (veículo e individual móvel) para consulta de status de ocupação de vaga pelo veículo e fiscalização pelos Agentes Fiscalizadores. Esta integração em rede com os demais equipamentos e aplicativos que compõe o Sistema, seja via GPRS, fibra ótica ou rádio, terá seus custos de instalação e operação (custos de transmissão de dados) custeados pela Contratada, com envio/atualização de informações para o servidor e/ou software de gestão do sistema. |  |  |  |
|  |
|  |
| **2** | **APLICATIVO PARA USO VIA TELEFONE CELULAR – MÓDULO USUÁRIO** | **Conforme** | **Não conforme** |  |
|  |  |
| **DEMONSTRAÇÃO DO APLICATIVO** |  |
| a | Estar integrado em rede e online aos parquímetros, software de gestão e outros equipamentos e dispositivos, como o de fiscalização de vagas e Postos de Venda; |  |  |  |
| b | Deve permitir o pagamento por tempo real de uso, de minuto a minuto; |  |  |  |
| c | O aplicativo deve estar hospedado gratuitamente em loja compatível com os sistemas Android e IOS; |  |  |  |
| d | A comercialização dos créditos pelo aplicativo será exclusiva responsabilidade da empresa contratada, devendo a plataforma responsável pelas transações financeiras e/ou de comercialização estar de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central, e operar as transações financeiras meio de cartão de crédito e débito; |  |  |  |
| e | O aplicativo deverá permitir o cadastro dos usuários, incluindo login e senha, acompanhamento de toda movimentação de estacionamento, controle de créditos e dos tempos utilizados, de tal forma que o usuário do Sistema de Estacionamento Rotativo possa a qualquer momento gerar um extrato da movimentação de sua conta; |  |  |  |
| f | O Aplicativo deverá estar integrado ao único software de gestão do sistema, além dos dispositivos de fiscalização (individual móvel e veículo); |  |  |  |
| g | Após o cadastramento e aquisição de créditos para posterior utilização, bastará ao usuário utilizar um aparelho de telefonia celular do tipo smartphone, quando estacionar em uma vaga disponível, para selecionar o período de tempo desejado, abatendo de sua conta a quantidade correspondente de créditos de estacionamento ou valor pelo uso da vaga; |  |  |  |
| h | O aplicativo deverá contemplar e permitir o acesso via Internet/Portal do Usuário para consultas dos usuários, dispondo de extrato detalhado do uso dos créditos utilizados da sua conta com o Sistema; |  |  |  |
| **3** | **PORTAL DO USUÁRIO – WEB** | **Conforme** | **Não conforme** |  |
|  |  |
| **DEMONSTRAÇÃO DO APLICATIVO** |  |
| a | Estar integrado em rede e online aos parquímetros, software de gestão e outros equipamentos e dispositivos, como o de fiscalização de vagas; |  |  |  |
| b | Deve permitir o estacionamento e pagamento por tempo real de uso, minuto a minuto; |  |  |  |
| c | A comercialização dos créditos por este portal será de exclusiva responsabilidade da empresa contratada, devendo a plataforma responsável pelas transações financeiras e/ou de comercialização estar de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central, e operar as transações financeiras meio de cartão de crédito e débito, deverá ainda comprovar possuir a certificação PCI DSS que garante o padrão de segurança para as transações financeiras; |  |  |  |
| d | O portal do usuário deverá permitir o cadastro dos usuários, incluindo login e senha, acompanhamento de toda movimentação de estacionamento, inclusive aqueles estacionamentos realizados através de outras plataformas, tais como parquímetro, aplicativo ou ponto de venda, controle de créditos e dos tempos utilizados, de tal forma que o usuário do Sistema de Estacionamento Rotativo possa a qualquer momento gerar um extrato da movimentação de sua conta; |  |  |  |
| e | O portal do usuário deverá estar integrado ao único software de gestão do sistema, além dos dispositivos de fiscalização (individual móvel e veículo) para consulta de status de ocupação de vaga pelo veículo e fiscalização pelos Agentes Fiscalizadores; |  |  |  |
| f | Após o cadastramento e aquisição de créditos para posterior utilização, bastará ao usuário utilizar um computador ligado à rede, quando estacionar em uma vaga disponível, para selecionar o período de tempo desejado, abatendo de sua conta a quantidade correspondente de créditos de estacionamento ou valor pelo uso da vaga; |  |  |  |
| **4** | **VEÍCULO DE FISCALIZAÇÃO E DISPOSITIVOS MÓVEIS DE FISCALIZAÇÃO DE VAGA** | **Conforme** | **Não conforme** |  |
|  |  |
| **DEMONSTRAÇÃO DO DISPOSITIVO** |  |
| a | O veículo de fiscalização deverá ter, no mínimo, 02 (duas) câmeras, sendo uma apontada para o lado direito do veículo e a outra apontada para o lado esquerdo do veículo, além da câmera panorâmica, que permite contextualizar e identificar a vaga de estacionamento na via em relação aos pontos de referência existentes (lojas, garagens, etc.); |  |  |  |
| b | O veículo de fiscalização deverá ser equipado com módulo de comunicação, devendo enviar on-line e em tempo real sua localização, além de estar integrado à base de dados do sistema; |  |  |  |
| c | O veículo de fiscalização deverá permitir à fiscalização do estacionamento rotativo em campo, a consulta online da placa do veículo mediante leitura automática desta (OCR), e desta forma inteirar-se do status da vaga ocupada pelo veículo (se regular ou irregular), possibilitando-lhe assim configurar situações de infrações em relação ao uso do estacionamento rotativo. |  |  |  |
| **5** | **Dispositivos e/ou Aplicativos para Ponto de Venda Credenciado (P.D.V) – Crédito de Estacionamento Avulso** | **Conforme** | **Não conforme** |  |
|  |  |
| **DEMONSTRAÇÃO DO APLICATIVO** |  |
| a | Permitir que os créditos de estacionamento a ser comercializados sejam previamente adquiridos e ou consignados junto ao DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO; |  |  |  |
| b | Deverão permitir o carregamento dos cartões ou meio eletrônico recarregável para uso nos parquímetros, e a sua recarga, com créditos de estacionamento; |  |  |  |
| c | Opcionalmente, o aplicativo em seu módulo ou versão P.D.V deverá permitir, ainda, a opção de inserção da placa do veículo; |  |  |  |
| d | Deverão estar integrados online com o único software de gestão do Sistema. |  |  |  |
| **6** | **SOFTWARE DE GESTÃO DE CONTROLE DO SISTEMA INTEGRADO DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO** | **Conforme** | **Não conforme** |  |
|  |  |
| **DEMONSTRAÇÃO DO SOFTWARE** |  |
| **a** | A plataforma deverá compreender um único conjunto de processos informatizado com o objetivo de administrar e gerir o Sistema Integrado de Estacionamento, por meio da análise de informações coletadas em tempo real (online). |  |  |  |
| **b** | Deverá permitir total controle sobre a forma de utilização dos créditos pelos usuários do Estacionamento Rotativo, seja pelos parquímetros, aplicativo para uso via smartphone ou posto de venda credenciado, além de gerar relatórios de créditos adquiridos e vendidos, quer pelo site (aplicativo), rede credenciada ou parquímetros; |  |  |  |
| **c** | Deverá produzir relatórios gerenciais e estatísticos a partir do processamento dos dados produzidos nos equipamentos, dispositivos e aplicativos, indicando, dentre outros aspectos, valores arrecadados. |  |  |  |
| **d** | No momento da aquisição de tempo por qualquer dos meios de acesso (parquímetro ou qualquer dos aplicativos), pelo usuário do Estacionamento Rotativo, o software de gestão, ao integrar estes processos, deve disponibilizar essa informação a todos os dispositivos de fiscalização, de tal forma que o Agente do Estacionamento Rotativo fiscalizar o tempo utilizado. |  |  |  |
| **e** | O software de gestão deverá armazenar os dados de uso do sistema em banco de dados; |  |  |  |
| **f** | Permitir o acompanhamento em tempo real (online), por meio de plataforma WEB, do funcionamento do Sistema de Estacionamento Rotativo. A caracterização de uma operação em tempo real ou online é a de que qualquer operação feita em qualquer equipamento, dispositivos e aplicativos que compõem o Sistema Integrado de Estacionamento Rotativo seja transmitida instantaneamente para o software de gestão, admitindo-se atraso (ou delay) de alguns segundos em função de tráfego de dados na rede de comunicação utilizada. Por questões de razoabilidade, admite-se algum atraso ou eventualmente o não envio de alguma informação, em função de problemas ou congestionamento na rede de comunicação utilizada (GPRS por exemplo), mas estas situações não se caracterizam como sendo de rotina, prevalecendo o conceito geral e usual de que a comunicação entre os equipamentos (parquímetros), dispositivos e aplicativos que compõem o Sistema Integrado de Estacionamento Rotativo sejam transmitidos instantaneamente para o software de gestão. |  |  |  |
| **g** | No momento da aquisição de tempo por qualquer plataforma (parquímetro ou qualquer dos aplicativos), pelo usuário do Estacionamento Rotativo, o software de gestão, ao integrar estes processos, deve disponibilizar essa informação a todos os dispositivos de fiscalização, de tal forma que o Agente do Estacionamento Rotativo fiscalizar o tempo utilizado. |  |  |  |
| **TOTAL DE CONFORMIDADES E INCONFORMIDADES** | |  |  |  |
| **OBS.** |  |  |  |  |

**ANEXO I.4**



**ANEXO II**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**

**PREGÃO ELETRÔNICO 34/2025**

**EDITAL Nº 45/2025**

**Processo nº 5.084/2025**

MODELO DE CREDENCIAMENTO

PROCURAÇÃO

(nome da empresa), (CNPJ n.º), com sede à (endereço completo), neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço),a quem confere(m) amplos poderes para junto à PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA (ou de forma genérica: para junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais) praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão n.º (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, assinar contratos, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso de apenas uma licitação).

.......................... , .... de ............... de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

Nome

RG nº...................................

**ANEXO III**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**

**PREGÃO ELETRÔNICO 34/2025**

**EDITAL Nº 45/2025**

**Processo nº 5.084/2025**

DECLARAÇÃO

Eu, ............(nome)..........., CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_representante legal da firma ..........................., CNPJ\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ interessada em participar no Processo Licitatório (Pregão nº 34/2025), da PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA, DECLARO, sob as penas da Lei, que, nos termos do item 6.1.5, subitem 6.1.5.1 do Edital, que inexiste impedimento legal contra a firma \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_para licitar ou contratar com a Administração

........................... , .... de ............... de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

Nome

RG nº...................................

**ANEXO IV**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**

**PREGÃO ELETRÔNICO 34/2025**

**EDITAL Nº 45/2025**

**Processo nº 5.084/2025**

DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO MICROEMPRESA

OU

EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas aplicáveis, que a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório realizado mediante\_\_\_(modalidade/nº)\_\_\_\_, bem como estando apta para exercer o direito de ser habilitada ainda que os documentos de regularidade fiscal apresentados contenham ressalvas ou restrições, declarando, no mais, ciência de que tais ressalvas ou restrições deverão ser supridas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da adjudicação do objeto, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da sanções previstas no artigo 81 da lei federal nº 8.666/93, que esta empresa, na presente data enquadra-se como:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.

.............................. , .... de ............... de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

Nome

RG nº...................................

**ANEXO V**

**MODELO - Proposta**

**Pregão nº 34/2025**

**Processo nº 5.084/2025**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA

Fornecedor: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ nº\_\_\_\_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_ - \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_ - \_\_\_\_\_\_ Conta:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Telefone para contato \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Segue nossa proposta para fornecimento dos serviços a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Material** | **Unidade** | **Quantidade** | **Preço Unitário** | **Preço Total** |
| **1** | **2.37.01.0001-4 - Locação de parquímetros** | **MÊS** | **840** |  |  |
| Locação de parquímetros do tipo multivaga, com suporte e manutenção  35 equipamentos pelo período de 24 meses | | | | | |
| **2** | **2.37.01.0002-2 - Locação de equipamentos de fiscalização manual** | **MÊS** | **144** |  |  |
| Locação de equipamentos de fiscalização manual, com suporte e manutenção  06 equipamentos pelo período de 24 meses | | | | | |
| **3** | **2.37.01.0003-0 - Locação de máquina/dispositivo para Ponto de Venda (POS ou P DV)** | **MES** | **744** |  |  |
| Locação de máquina/dispositivo para Ponto de Venda (POS ou PDV), com suporte, manutenção e identificação dos pontos  31 equipamentos pelo período de 24 meses | | | | | |
| **4** | **2.37.01.0004-9 - Fornecimento de plano de dados para os dispositivos móveis usados** | **MES** | **888** |  |  |
| Fornecimento de plano de dados para os dispositivos móveis usados pela fiscalização (item 1.2) e POS/PDVs  37 unidades pelo período de 24 meses | | | | | |
| **5** | **2.37.01.0005-7 - Locação de aplicativo de acesso via smartphone** | **MÊS** | **24** |  |  |
| Locação de aplicativo de acesso via smartphone para usuários e portal do usuário web, com suporte e manutenção | | | | | |
| **6** | **2.37.01.0006-5 - Locação de Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento Rot ativo** | **MES** | **24** |  |  |
| Locação de Sistema Integrado de Gestão de Estacionamento Rotativo Online com Central de Monitoramento, com suporte e manutenção | | | | | |
| **7** | **2.37.01.0007-3 - Sistema de fiscalização móvel** | **MES** | **48** |  |  |
| Sistema de fiscalização móvel embarcada, integrada ao sistema de gestão de estacionamento, incluindo operação do sistema, veículo, combustível, motorista e manutenção  02 veículos pelo período de 24 meses | | | | | |
| **8** | **2.37.01.0008-1 - Fornecimento, instalação e manutenção de placas de sinalização** | **UN** | **141** |  |  |
| Fornecimento, instalação e manutenção de placas de sinalização vertical contendo as informações sobre o funcionamento do estacionamento rotativo (zona azul e zona branca) | | | | | |
| **9** | **2.37.01.0009-0 - Fiscais com equipamentos próprios de fiscalização manual** | **MES** | **144** |  |  |
| Fiscais com equipamentos próprios de fiscalização manual  06 equipamentos pelo período de 24 meses | | | | | |
| **10** | **2.37.01.0010-3 - Treinamento e suporte** | **UN** | **1** |  |  |
| Treinamento e suporte continuado ao funcionários responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato | | | | | |
| **11** | **2.37.01.0011-1 - Fornecimento de licenças de software** | **UN** | **1** |  |  |
| Fornecimento de licenças de software de todos os aplicativos e sistemas utilizados. | | | | | |
| **12** | **2.37.01.0012-0 - Prestação de serviço de divulgação do sistema** | **UN** | **1** |  |  |
| Prestação de serviço de divulgação do sistema | | | | | |
| **13** | **2.37.01.0013-8 - Instalação e manutenção de escritório local** | **MES** | **24** |  |  |
| Instalação e manutenção de escritório local | | | | | |
| **VALOR TOTAL DO LOTE 01: R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** | | | | | |

........................... , .... de ............... de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

Nome

RG nº...................................

**ANEXO VI**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**

**ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2025**

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**

**SECRETARIA xxxxx**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº xxxx/xxxx**

**Pregão Eletrônico 34/2025**

A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA**, através da **SECRETARIA DA XXXXX**, representada por xxxxxxxxxxxxxxx, Prefeito Municipal, neste ato assistido por xxxxxxxx, Secretário de xxxxxxxxx, doravante denominado CONTRATANTE, inscrita no CNPJ sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por .................................. (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, inscrita no CNPJ sob o nº ................., sediado (a) ..........................., tendo em vista o que consta no Processo nº .............................. e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), e Decreto 7.999/2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1- O objeto do presente instrumento é xxxxxxxxxxxx, nas condições estabelecidas no Termo de Referência do Edital, que fica fazendo parte integrante desse Contrato.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **ESPECIFICAÇÃO** | **CÓDIGO** | **UNIDADE DE MEDIDA** | **QUANTIDADE** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
| **1** |  |  |  |  |  |  |
| **...** |  |  |  |  |  |  |

1.2 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1. O Termo de Referência;
2. O Edital da Licitação;
3. A Proposta do contratado;
4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

* 1. - O prazo de vigência da contratação é de xx (xxxxxxx) meses, contados do(a) assinatura do contrato, na forma do [artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art105), podendo ser prorrogada na forma da lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art92)

3.1 - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência do Edital, que fica fazendo parte integrante desse Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Será permitida a subcontratação do serviço de instalação de sinalização vertical.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1- O valor total da contratação é de R$.......... (.....)

5.2- Para fazer frente às despesas do presente contrato, existem recursos orçamentários reservados, onerando a dotação classificada na Natureza de Despesa nº\_\_\_\_\_\_\_

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1- O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência do Edital, que fica fazendo parte integrante desse Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art92)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de variação do IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - São obrigações do Contratante:

8.2 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência do Edital;

8.4 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.7 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art92)

9.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.3 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art137)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.8 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9 - Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art116));

9.11 - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art116));

9.12 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA– INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art92))

* 1. As infrações e multas ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência do Edital, que fica fazendo parte integrante desse Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art92))

11.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, devendo ser certificado nos autos pelo Gestor do Contrato.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a Administração deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato, mediante Termo Aditivo ao Contrato, sempre verificando com responsabilidade o que deu causa ao não cumprimento.

11.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art92))**

12.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art124).

13.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, desde que autorizados pelo Chefe do Poder Executivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art136)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art94), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm" \l "art8%C2%A72), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm" \l "art7%C2%A73).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– FORO ([art. 92, §1º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art92%C2%A71))

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Itatiba/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm" \l "art92%C2%A71).

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

1. *2-*

# TERMO DE RECEBIMENTO DO EDITAL

Declaro para os devidos fins que retirei integralmente junto ao endereço eletrônico www.itatiba.sp.gov.br o EDITAL de Licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação e manutenção de uma única plataforma integrada de controle de tempo de estacionamento rotativo (parquímetros eletrônicos do tipo multivaga, aplicativos para smartphone – usuário, ponto de venda, parquímetro digital) dispositivos de fiscalização e software integrador de gestão.

**Nome da Empresa:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CNPJ Nº** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Bairro**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **Cidade**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Telefone** ( ) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ **FAX:** ( ) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**E-mail:**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Contato**:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Importante: Este documento deverá ser preenchido (datilografado ou digitado) e enviado através do e-mail: licitacoes@licitacoes.itatiba.sp.gov.br, aos cuidados do Pregoeiro.**

A Prefeitura de Itatiba não se Responsabilizará pelo **não envio** de informações, tais como: esclarecimentos, alterações do edital de data de abertura, de suspensão, de julgamento/homologação, referentes ao Edital, caso a empresa não preencha e transmita as informações acima descritas.

**Fone para contato (011) 3183-0655**

**Pregão Eletrônico Nº 34/2025,** **Edital Nº 45/2025**, Tipo Menor Preço Global. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação e manutenção de uma única plataforma integrada de controle de tempo de estacionamento rotativo (parquímetros eletrônicos do tipo multivaga, aplicativos para smartphone – usuário, ponto de venda, parquímetro digital) dispositivos de fiscalização e software integrador de gestão. O cadastro das Propostas será recebido até o dia **07 de julho de 2025, às 13h50min**, na **página eletrônica da Bolsa Brasileira de Mercadorias (**[www.novobbmnet.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/)**).** O edital fica disponível na Seção de Licitações - Av. Luciano Consoline, 600, Jd de Lucca das 9h às 17h e sites [www.itatiba.sp.gov.br](http://www.itatiba.sp.gov.br/) e [www.novobbmnet.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/)**.** Informações: tel.(11) 3183-0655. Adriana Stocco - Pregoeira